

CARLOS HENRIQUE ÁRABE
E JOSÉ CORRÊA LEITE

Vivemos no Brasil, desde o início de 1999, um novo período do ponto de vista dos setores populares. As conjunturas políticas que temos atravessado têm se desenvolvido em um marco geral de maior instabilidade para a efetivação do projeto neoliberal, se comparado com o período de 1990-98 e principalmente com o primeiro governo FHC (1995-98).

Mas este quadro de maiores possibilidades de ação para os trabalhadores e a esquerda não tem sido aproveitado de forma eficaz. A luta política contra o neoliberalismo tem estado aquém de suas potencialidades. Temos, neste novo período, que colocar um novo norte estratégico que oriente a intervenção de conjunto do movimento democrático e popular nas variadas conjunturas políticas que atravessamos. Esta perspectiva deve ter como eixo a luta por um novo governo para o Brasil.

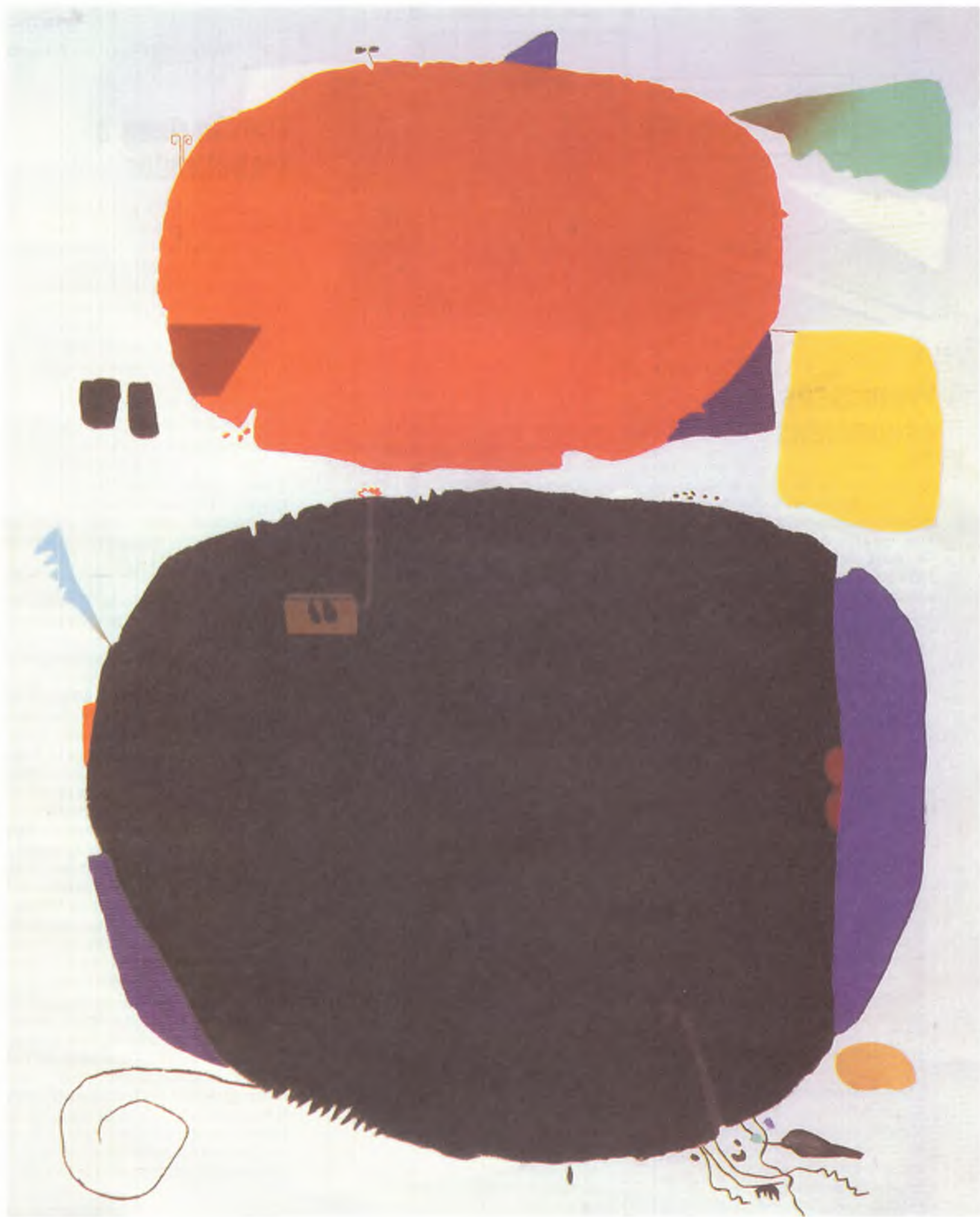
UM NOVO PERÍODO

No início da década, embora contando com um contexto internacional amplamente favorável e com uma importante unidade da burguesia brasileira, a aplicação das políticas neoliberais no país, iniciada por Collor, ainda se dava de forma algo truncada. Foi apenas com a eleição de FHC em 1994, que a crise de direção da burguesia brasileira foi superada e as elites puderam aplicar um verdadeiro rolo compressor sobre os setores populares.

O contexto internacional benéfico à política neoliberal só começou a se alterar a partir da crise da Ásia e da Rússia em 1997 (apesar dos precedentes de Chiapas e das greves de 1995 na França). Uma sensibilidade anti-neoliberal começou, então, a encontrar um eco mais profundo na consciência popular pelo mundo afora. No Brasil, em que pese o papel de destaque desempenhado pelo MST nas lutas sociais e a catalização do descontentamento eleitoral contra FHC pelo PT nas eleições de 1998, foi só com a crise do real, em janeiro de 1998, que a legitimidade do governo FHC passou a sofrer um desgaste mais intenso.

Mas o contexto internacional em que o neoliberalismo já não conta com o mesmo apoio, de um lado, e o quadro econômico-social interno mais adverso à "estabilização" baseada nas premissas do Plano Real, de outro, favoreceram as lutas de massa contra o governo no ano passado. Além disso, mesmo com a derrota de Lula no primeiro turno, em 1998, o PT recebeu um impulso com a votação obtida e a conquista de governos estaduais. E o debate partidário avançou unitariamente na medida em que o bloco no poder perdia legitimidade até o ponto do PT assumir a perspectiva de lutar pelo fim do governo FHC e por um novo governo, democrático e popular. O partido exerceu um papel dirigente na organização da marcha dos 100 mil a Brasília, em 26 de agosto de 1999 – iniciativa decisiva para definir uma conjuntura favorável à esquerda e consolidar um novo período.

As mobilizações contra o governo, no entanto, declinaram a partir daí. A "marcha popular", liderada pela Consulta Popular e realizada logo em seguida, mesmo sendo um momento importante, não teve força social e política para catalizar a nação oprimida – o que reforça a idéia de que só um movimento político e social de conjunto dos trabalhadores pode assumir este papel. De outro lado, a paralisação nacional convo-



WILLI BALHETER, MONTARUBU COM PROJECÇÃO SUPERIOR VERMELHA, 1955

NOVA PERSPECTIVA PARA UM NOVO PERÍODO

cada pela CUT não alcançou seus objetivos, mostrando o limite atual da mobilização centrada apenas nos sindicatos; apesar de importante em alguns estados, como no Rio Grande do Sul, ela não teve impacto nacional. O fórum nacional de lutas esvaziou-se e um novo calendário de lutas não foi restabelecido. Neste quadro, em que as possibilidades renovadas para a esquerda não foram plenamente desenvolvidas, o governo FHC pôde retomar parcialmente a iniciativa política até abril deste ano, ganhando espaço para administrar a crise econômica e buscar reduzir sua impopularidade.

CONTINUA NA PÁGINA 3

NESTA EDIÇÃO

JUAREZ GUIMARÃES RASTREIA O LUGAR DA QUESTÃO AGRÁRIA NA HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL E O PAPEL DO MOVIMENTO DOS SEM TERRA

PÁGINA 12 E 13

RAFAEL FEIRE DISCUTE OS IMPASSES DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES ÀS VÉSPERAS DO SEU 7º CONGRESSO

PÁGINA 4



A MUNDIALIZAÇÃO DAS RESISTÊNCIAS

Pierre Rousset, Susan George e José Bové analisam os crescentes movimentos de resistência à mundialização neoliberal, que terão no Fórum Social Mundial, a ser realizado em Porto Alegre, seu ponto culminante.

PÁGINA 8 A 10



Promessas esquecidas

A recente reunião do G7+1 em Okinawa, no Japão, permitiu verificar o significado das promessas dos países imperialistas para com os países mais pobres do planeta. Um ano antes, em junho de 1999, em Colônia, na Alemanha, pressionados pela coalizão Jubileu 2000, que tinha recolhido 17 milhões de assinaturas pedindo a anulação da dívida dos 50 países mais pobres do Terceiro Mundo, o G7 se comprometeu a anular rapidamente 90% da dívida dos 41 países pobres mais endividados. Foram prometidos cem bilhões de dólares para a luta contra a pobreza.

Um ano depois, verificou-se que dos cem bilhões, foram destinados apenas 2,5 bilhões de dólares, o que representa cerca de 1,2%

do total da dívidas dos 41 países pobres mais endividados ou 0,12% do montante total das dívidas do Terceiro Mundo.

A generosidade dos países mais ricos é realmente miserável. O congresso dos EUA destinou 63 milhões de dólares para a redução da dívida no ano 2000, para um orçamento de defesa de 280 bilhões de dólares. O Japão anunciou, em Okinawa, em 23 de julho, um esforço de 15 bilhões de dólares para o desenvolvimento da Internet no Terceiro Mundo, mas obriga os países beneficiários a comprar material de informática japonês! Mas o saque prossegue: em 1999, os países pobres realizaram uma transferência líquida de 114,6 bilhões de dólares para os credores do Norte, o equivalente a todo o Plano Marshall, promovido pelos EUA na Europa depois da Segunda Guerra Mundial.

LEIA NESTA EDIÇÃO DOS CADERNOS EM TEMPO

“Modernidade e barbárie no século XX” de Michael Löwy

Num panorama do século, como analisar os paroxismos de barbárie que atravessam seu ímpeto de modernidade? Como regressões, recaídas num passado vencido? Essa não é a visão que propõe Michael Löwy, que nos convida a pensar o movimento comum da modernidade e da barbárie como a chave para compreender o século XX.

“Um outro mundo é possível” de Charles-André Udry

Uma década depois do colapso do sistema soviético, como o projeto socialista e comunista pode ser recolocado à luz da experiência histórica e das características do capitalismo contemporâneo? Charles-André Udry revisita temas fundamentais as forças produtivas, a propriedade privada, o mercado, o planejamento central e a autogestão — propondo uma nova forma de articulá-los em outra organização social.



“Keynes, Europa e a esquerda” de Maxime Durand

A social-democracia adota, em seus documentos partidários, programas de inspiração keynesiana. Mas, governando a maioria dos países da Comunidade Européia, segue uma política claramente neoliberal. Qual o espaço, na atualidade, para as políticas keynesianas e como a esquerda radical deve relacionar-se com elas? Estas são algumas das questões que Maxime Durand debate em artigo.

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550 - **Sucursal RS, Rua General Auto, 354 - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90.010-380** - Fone: (51) 226.5450. A assinatura é de 10 edições. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os “Cadernos EM TEMPO”.

NOTAS

JORNAL **EM TEMPO** É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA. R. BRIGADEIRO GALVÃO, 138 BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP - CEP 01151-000 FONE (011) 3667-3476 - FAX (011) 3666-5550 E-MAIL: EMTEMPO@AX.APC.ORG

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP).

EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA LEITE,

CAIO GALVÃO DE FRANÇA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE,

GUSTAVO CODAS, CACO BISOL E MÁRCIA HELENA RAMOS.

TIRAGEM: 4.000 EXEMPLARES. PERIODICIDADE: MENSAL. FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO: 11 DE AGOSTO.

Patrão deve a trabalhador

Com esse título o jornal *Tribuna Metalúrgica*, dos Metalúrgicos do ABC divulgou, em 13 de junho, estudo feito pelo Dieese a partir de dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com essas informações, a indústria paulista teve no período 1992-2000 um ganho de produtividade de 133%. No mesmo período, os salários dos trabalhadores tiveram um incremento de 34%. Resultado: a produtividade cresceu 73% a mais do que o rendimento por trabalhador.

Um exemplo hipotético pode ajudar a clarear o que aconteceu. Suponhamos que, em 1992, uma indústria de

automóveis vendeu 10 mil carros e empregou 100 trabalhadores, que receberam R\$ 50 mil de salário. A produtividade foi de 100 carros por trabalhador no ano, a um salário individual de R\$ 500. Em 2000 a mesma fábrica venderá 17 mil carros, mas com apenas 73 trabalhadores. O total de salários pagos baixou para R\$ 49 mil — mesmo pagando a cada trabalhador R\$ 670 (um reajuste de 34%). Isso dá um aumento da produtividade para 233 carros por trabalhador (133%), dos quais descontado o reajuste salarial, ficou um lucro 73% maior para o patrão.

Conclusão dos metalúrgicos: há muita margem para reduzir a jornada de trabalho sem redução dos salários e sem que a “competitividade” do Brasil seja afetada.

CALENÁRIO DE LUTAS GLOBAIS

Com a mundialização das iniciativas de resistência à globalização neoliberal, estão sendo organizados uma série de protestos e conferências de articulação dos movimentos anticapitalistas.

Eis a agenda das lutas contra o capitalismo e a globalização.

■ De 6 a 18 de setembro diante da ONU em Nova Iorque, durante as reuniões dos chefes de Estado do “Forum 2000”, estão previstas uma série de manifestações, de conferências à protestos de rua. Seu objetivo é pressionar os dirigentes nacionais que estarão presentes para anularem a dívida do Terceiro Mundo.

■ Em 26 de setembro, em Praga, na República Tcheca, durante a reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, ocorrerão as manifestações centrais do Dia Mundial de Ações, que deverão ser reproduzidas em todos os países onde seja possível. Estas ações pacíficas reclamam mudanças radicais no mundo e uma nova estrutura financeira internacional. Informações: <http://www.x21.org/s26/>

■ Nos dias 14 de outubro em Bruxelas, 15 de outubro em Washington e 17 de outubro em Nova Iorque diante das Nações Unidas, ocorrerão manifestações com o objetivo de reafirmar as diferentes reivindicações da Marcha Mundial das Mulheres. Informações: <http://www.ffq.qc.ca/marche2000/fr/>

■ Em 9 de novembro em Marselha, na França, durante a Conferência de Barcelona V, que reunirá a los chefes de Estado de 27 países com o objetivo de estabelecer um acordo de livre comércio regional na área do Mediterrâneo, ocorrerão manifestações de protesto. Para mais informações: <http://attac.org/euromed/secretariat.euromed@attac.org>

■ Em 6 e 7 de dezembro em Nice, por ocasião da última reunião da União Européia sob a presidência da França, que deverá discutir a ampliação da Europa, estão programadas manifestações por um programa europeu político e social e não mercantil.

■ Dos dias 11 a 18 de dezembro, em Dakar, no Senegal, ocorrerá a conferência “Dakar 2000: da resistência às alternativas. Contato: cadtm@skynet.be; <http://users.skynet.be/cadtm>

■ Finalmente, de 25 a 30 de janeiro de 2001, em Porto Alegre, ocorrerá o Fórum Social Mundial, abrindo um novo espaço internacional de todos os que se opõem às políticas neoliberais e constroem alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a domesticação dos mercados financeiros.

A S S I N E

REVISTA SEM
TERRA

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

A S S I N E

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 50,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 25,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

Não é possível atribuir ao campo popular a iniciativa da alteração na conjuntura aberta com a reeleição sem legitimidade e com a crise do real. A retaguarda estratégica dos EUA e FMI permitiu ao governo administrar uma situação econômica extremamente instável, mas não houve nenhum movimento político brilhante do governo neste período crítico. As razões mais fortes para compreender e compreender a dinâmica da situação política estão em nosso próprio campo: uma insuficiente construção de forças sociais em oposição ao neoliberalismo e muitas limitações táticas, para não se falar dos problemas programáticos e estratégicos, que explicam os problemas táticos.

Do ponto de vista da correlação de forças é necessário reconhecer que o nível de organização e de mobilização popular ainda é muito baixo. As importantes lutas localizadas que ocorreram este ano, como a dos servidores estaduais e federais e as do MST, não têm sido suficientes para alavancar movimentos maiores. E as manifestações políticas ocorridas em 1999 foram basicamente da vanguarda social tomada em um sentido amplo.

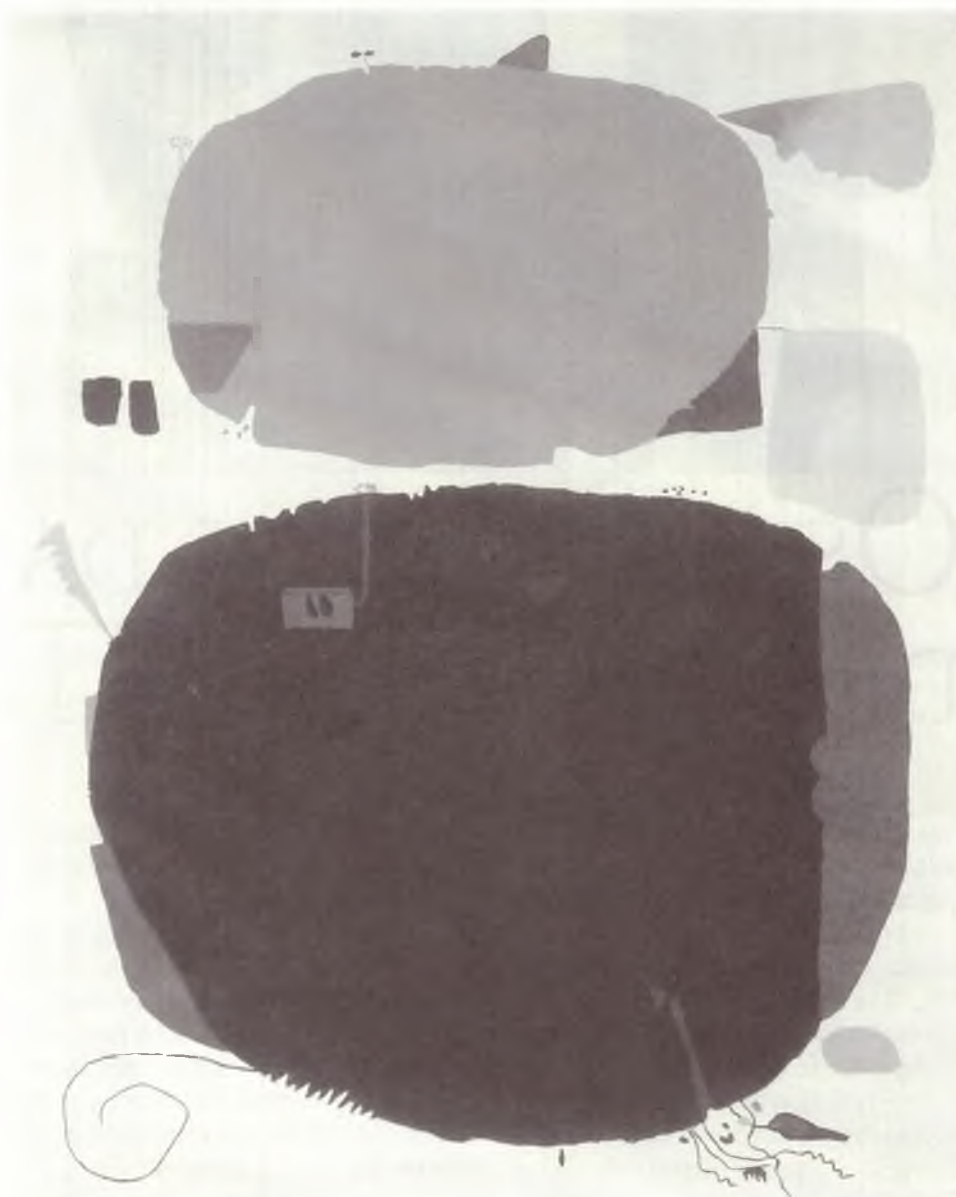
De outro lado, se os setores populares acertaram em concentrar o ataque ao governo FHC, a esquerda pecou, do ponto de vista da formulação tática, em pelo menos dois aspectos. Primeiro, subestimou a correlação de forças e a importância de duas mobilizações – a da Consulta Popular e a Paralisação Nacional – que deveriam receber o apoio solidário do PT e de outras forças políticas, de modo a transcender o seu significado social inicial. Segundo, o PT entrou em uma situação de paralisia política, num jogo de soma zero no interior do partido, onde o bloco majoritário na direção definiu uma postura ultrainstitucionalista e grande parte da esquerda não soube encontrar brechas por onde construir uma unidade partidária para continuar a luta anti-FHC. Além desta postura de autolimitação do seu papel dirigente, o partido também sofreu os limites de um debate onde frequentemente se trata a política como mera decorrência da dinâmica econômica. E, por isso, tendendo a desconsiderar a correlação de forças e as tarefas necessárias à sua efetiva alteração a favor dos trabalhadores.

SITUAÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA

A descontinuidade do processo nacional de mobilização contra o governo mostrou limites políticos e sociais que é preciso superar. De um lado, é necessário construir uma tática o mais unitária possível em torno à luta por um novo governo, de esquerda, para o Brasil, superando tanto as visões institucionalistas como um certo economicismo; de outro, buscar unificar as diversas manifestações e o amplo descontentamento contra o governo que existe na sociedade. É evidente que para isso é preciso uma mobilização nacional de grande envergadura.

A situação política e econômica está longe de estabilizada. Ainda que a expectativa generalizada de uma recessão profunda em 1999 não tenha se verificado – a crise foi relativamente branda –, ela realimentou o desemprego que já estava em patamar bastante alto, chegando a aproximadamente 20% da força de trabalho nas regiões metropolitanas. Os cenários mais pessimistas em relação ao câmbio e à inflação também não se verificaram. Mas não se alcançou uma elevação consistente e mais significativa do

NOVA PERSPECTIVA PARA UM NOVO PERÍODO



WALL BAKUNISTIK, AGRICULTURA COM PROJÉTO SUSTENTÁVEL, 1995

saldo comercial. A maior entrada de capitais em 1999 intensificou a remessa de lucros e a elevação do endividamento externo aumentou o montante de saída de divisas a título de pagamento de juros. Por estas razões, o nível do déficit em transações correntes vem se mantendo alto, acima de 4% do PIB.

A elevação dos juros na economia americana torna pífios os resultados da economia brasileira, e volta a expor sua vulnerabilidade, limitando as possibilidades de crescimento. Na verdade, o pequeno crescimento que está em vigor pode ser revertido a qualquer momento.

Embora a conjuntura não se encaminhe automaticamente para um protesto eleitoral nas eleições municipais deste ano e para o voto na esquerda, este cenário pode ser criado com uma decisiva e ativa intervenção política do Partido dos Trabalhadores. É preciso denunciar FHC e reagir à escalada repressiva e de endurecimento institucional que está sendo desfechada pelo seu governo, tendo como eixo o combate ao MST; a solidariedade incondicional a este movimento

deve ser assumida por todos. É preciso, igualmente, tornar evidente para toda a sociedade a teia de corrupção que cerca o bloco no poder, os inconfessos vínculos que ligam os governantes ao favorecimento de grupos capitalistas, à pilhagem dos recursos públicos, etc; o caso Eduardo Jorge é apenas o mais recente de uma longa relação envolvendo o núcleo do governo FHC. Do mesmo modo, é preciso potencializar lutas e greves que vêm ocorrendo; junto com manifestações significativas, como o protesto contra a farsa dos 500 anos, elas vêm impondo grandes desgastes ao governo.

Podemos criar um cenário em que a disputa eleitoral se dê em meio à uma retomada ampla das lutas de massa. As eleições podem se constituir em um momento de repúdio do neoliberalismo e de alteração da correlação de forças a nosso favor. Para isso, é preciso que o PT consiga combinar um programa de mudanças no plano municipal com uma perspectiva nacional de um outro governo, de esquerda, e que tenha lugar uma política de alianças coerente com este objetivo, isto

VIVEMOS DESDE O INÍCIO DE 1999, EM NOVO PERÍODO. ATUAR NAS CONJUNTURAS QUE ESTÃO SE SUCEDENDO EXIGE QUE TENHAMOS UMA PERSPECTIVA DE PODER.

**CARLOS HENRIQUE ÁRABE
E JOSÉ CORRÊA LEITE**

é, que busque derrotar o PSDB e os demais partidos neoliberais. O quadro de alianças do partido tem tido aspectos contraditórios. De um modo quase geral, o bloco de alianças que sustentou a candidatura de Lula em 1998 vem se desfazendo. A idéia de alianças amplíssimas, até a chamada centro-esquerda, vem sofrendo pesados golpes, como demonstram os governos Itamar em Minas e Garotinho no Rio de Janeiro.

As oscilações de conjuntura não devem alterar o pano de fundo da realidade política brasileira. Nossa preocupação central na análise do atual período político brasileiro concentra-se na possibilidade de se constituir, novamente, uma crise nacional de grande envergadura. Esta possibilidade foi inscrita no cenário brasileiro a partir dos efeitos críticos da quebra do regime cambial no início de 1999. Isso se expressa na retomada por setores sociais significativos para uma alternativa de esquerda e em uma importante retomada de lutas políticas e sociais.

CONJUNTURA, PERÍODO E ESTRATÉGIA

Proseguimos em um período marcado pela crise de legitimidade do neoliberalismo e seu governo no Brasil, combinado com um quadro internacional de arrefecimento, a partir de 1997, do vigor neoliberal e de crescimento de manifestações e movimentos antineoliberais, evidentes nas manifestações de Seattle, em novembro de 1999, e em Washington, em abril deste ano.

A evolução do país para uma crise nacional – onde se recolorem as condições para a disputa aberta de projetos de sociedade, onde a esquerda possa impugnar o projeto neoliberal e credenciar sua alternativa democrática e popular – depende não apenas da evolução econômica, mas, fundamentalmente, da retomada do movimento de massas e da construção de uma alternativa programática superior à defendida na campanha presidencial de 1998. Estamos frente a um governo em crise legitimidade mas que está longe de ser um governo em queda livre.

Neste sentido que apontamos como eixo para orientar a intervenção na conjuntura a luta pelo fim do governo FHC e pela construção de um governo de esquerda.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE É MEMBRO DA EXECUTIVA ESTADUAL DO PT E JOSÉ CORRÊA LEITE É EDITOR DO **EM TEMPO**.

A S S I N E

LE MONDE
diplomatique

Assinatura anual (12 números) - R\$ 45,00
Agora em português e na Internet (edição eletrônica)

Telefone: (11) 282-4929 - Site: www.diplo.com.br

A CRISE DO PROJETO HEGEMONISTA DA ARTICULAÇÃO SINDICAL FAVORECE A RECUPERAÇÃO DO PROJETO CUTISTA. ESTA DEVE SER A APOSTA DOS MILITANTES SINDICAIS DE ESQUERDA.

RAFAEL FREIRE

Apoucos dias do 7º Congresso Nacional da CUT, todos os impasses de construção e condução de nossa Central estão expostos numa crise de difícil solução. Nada faz crer que ela tenha um desenlace – seja qual for – a curto prazo. Daí a necessidade da esquerda cutista firmar sua tática em uma perspectiva que não se esgote nas escaramuças congressuais.

Já tivemos oportunidade de condenar (junto com a CSC e o MTS), a falta de transparência na organização do congresso, por responsabilidade do membro da Articulação Sindical encarregado de sua coordenação. Isso introduziu um elemento de forte tensionamento na relação da atual maioria com as demais correntes. As listagens saídas da Tesouraria da CUT Nacional foram, por exemplo, objeto de contestação em vários congressos estaduais.

Esse foi o caldo de cultura que conduziu à crise de três congressos estaduais (BA, MG e AM), que na contagem do setor majoritário “aconteceram” e “elegeram” suas direções – mesmo sem a presença das demais correntes, sem que se tenham cumprido os mínimos requisitos estatutários e sem que tenham sido respeitados os critérios acertados na coordenação nacional do Concut.

Essa flagrante violação do Estatuto e do regimento congressual tem seu antecedente mais imediato na realização de forma totalmente irregular do Congresso Extraordinário da CNM-CUT em março passado para a aprovação da estrutura do “sindicato nacional” nesse ramo.

RACHA NA ARTICULAÇÃO SINDICAL

A Articulação Sindical não tem um comportamento homogêneo. Continua vivendo a crise aberta já em 1993, quando a sucessão na presidência da Central levou ao confronto das direções dos sindicatos dos Metalúrgicos do ABC e dos Bancários de São Paulo. Esse racha interno fez com que o plenário do 6º Concut (1997) ficasse praticamente paralisado à espera do desenlace interno. O 7º Concut promete a repetição dessa novela.

Há, no entanto, elementos novos. O racha foi, no início, mera disputa pelo controle interno da Articulação e da Central. Mas foi ganhando novas dimensões políticas. Os exemplos são vários. Hoje, enquanto os bancários de SP se alinham na resistência à retirada de direitos, os metalúrgicos do ABC encabeçam as experiências de “negociação” da retirada de direitos. Os bancários da Articulação Sindical, tendo maior presença no ramo financeiro (do que os metalúrgicos dessa corrente no seu setor industrial), “congelaram” o processo de criação do “sindicato nacional”, enquanto os metalúrgicos estão construindo o seu sem a mínima legitimidade e capacidade de incorporar



MAURICIO ROBERTO DE ALMEIDA/1913

OS LABIRINTOS DA DISPUTA NA CUT

outras correntes cutistas. Seja pela “linha político-sindical”, seja pela “linha organizativa”, os bancários estão hoje muito próximos de acordos com a esquerda cutista, enquanto os metalúrgicos do ABC são a mais forte expressão do setor que é rejeitado pela esquerda da Central.

Agora foi feito um acordo na Articulação Sindical: o desenlace da disputa interna entre as três candidaturas a presidência só acontecerá no segundo dia do Concut, em uma plenária de delegados dessa corrente. Mas a votação interna será não apenas em um(a) candidato(a) a presidente, mas em uma das três chapas que expressam três formas diferentes de se distribuir o poder entre as respectivas facções dessa corrente. Isso sinaliza um compromisso de evitar o racha orgânico após o resultado. A continuidade da “unidade orgânica” da Articulação Sindical não impede que setores internos votem diferente na hora da discussão política ou dos recursos regimentais. É essa dimensão que promete provocar emoções adicionais ao plenário do Concut – na hora de se discutir os recursos originários das crises provocadas pelos dados cadastrais dos sindicatos fornecidos pela Tesouraria da CUT ou quando for discutido o destino que terá o “sindicato nacional” da Articulação Sindical no ramo metalúrgico.

Como no 4º Concut em 1991, este promete começar com uma tensa sessão de recursos ao plenário de instalação do Congresso. O papel desempenhado então pela votação da “proporcionalidade qualificada” (quando um setor da Articulação votou na proposta da Cut Pela Base), pode ser desempenhado aqui pelas votações em torno a estrutura sindical e “sindicato nacional”.

BLOCO DE ESQUERDA

Pelo lado das correntes de oposição interna, no entanto, o panorama não é promissor. O Bloco de Esquerda, formado um ano atrás pela Alternativa Sindical Socialista (ASS) com o MTS e a Articulação de Esquerda como aposta em um projeto de direção, desmontou em seu primeiro teste, o Congresso Estadual de RS, e não se recuperou nos seguintes. Em quatro dos principais congressos es-

taduais (RS, RJ, BA e MG) o diálogo prioritário da ASS foi com a Corrente Sindical Classista.

Enquanto a Articulação Sindical vive sua mais profunda crise interna, há na “esquerda da CUT” uma quase total ausência de projetos de direção alternativa para a Central. No entanto, para os atores de um e de outro bloco, este cenário lança o desafio de construir novos projetos de direção. Há muito se sabia que o crescimento vegetativo das oposições internas não seria suficiente para conquistar a maioria na Central e que seria necessário um deslocamento dentro da Articulação Sindical.

Há grandes possibilidades que isso ocorra durante ou o logo após o Concut, sobre uma agenda mais politizada que inclua firmar a CUT na oposição a FHC, paralisar as tentativas de “centralização burocrática” e de aparelhismo do tipo “sindicato nacional” da Articulação Sindical Metalúrgica do ABC, efetivar a participação das correntes minoritárias na gestão da CUT e abrir a “caixa preta” do cadastro dos sindicatos filiados (e sua situação financeira em relação à CUT), entre outros pontos.

As chances de que isso aconteça vêm sendo reforçadas pela truculência do setor da Articulação Sindical liderado pelos metalúrgicos do ABC, o que faz com que as correntes de oposição interna da CUT vejam com bons olhos uma plataforma e um acordo para se contrapor a essa ameaça burocrática. Além disso, o setor dos bancários da Articulação Sindical vem dialogando com a política de resistência proposta pelas correntes de oposição interna.

Nos últimos tempos surgiu em determinados segmentos da base das oposições internas o sentimento que o 7º Concut sepultaria o projeto de CUT, com os mais pessimistas pensando que seriam “expulsos”. Ao contrário disso, o atual cenário – com o projeto hegemônico da Articulação Sindical colocado em xeque pela sua crise – favorece a recuperação do projeto cutista. Para tanto, precisamos dobrar a aposta no projeto CUT.

RAFAEL FREIRE É SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA CUT.

DERROTA NO RIO GRANDE DO SUL

No Congresso da CUT-RS, o MTS (impulsionado pelo PSTU) rompeu o bloco de esquerda e saiu em chapa com o MES (impulsionado pela CST) dando assim a presidência da CUT estadual à Articulação Sindical. A CUT-RS foi, na gestão que se encerrou, uma referência de direção democrática e combativa, graças à aliança entre a Alternativa Sindical Socialista (ASS, ligada à correntes petistas de esquerda), o MTS e a Corrente Sindical Classista (CSC, impulsionada pelo PCdoB) durante a maior parte do mandato – a anterior gestão, encabeçada pela Articulação, tinha sido uma tragédia pelo imobilismo e omissão. Meses atrás, por conta da posição do PSTU de polarizar contra o governo Olívio, o MTS rompeu a aliança com a ASS e a CSC. De acordo com pessoas da direção do PSTU, essa posição acabou prevalecendo para evitar um racha interno (no mesmo período aconteceram rachas, por outros motivos, em RJ, SP e GO).

A chapa da Arsin superou à da ASS, CSC e outros agrupamentos da esquerda cutista em 10 votos. Detalhe: utilizando da chantagem política (se sua demanda não fosse aceita retirariam toda sua delegação do Cecut), a Arsin colocou em plenário 13 delegados de dois sindicatos que não preenchiam as obrigações regimentais e estatutárias. E sua chapa recebeu os 10 votos dos delegados presentes alinhados com o PMDB do Britto e da direita do PDT (inimigos do governo Olívio), que durante o congresso estiveram aliados ao MES/CST.

VITÓRIA NO RIO DE JANEIRO

A política impulsionada pela ASS – a criação de um campo junto com a CSC, MTS e demais forças de esquerda – foi vitoriosa no Rio de Janeiro. A CUT desse estado passa a ser presidida pelo companheiro Carlinhos, do Sindicato dos Previdenciários, encabeçando uma chapa composta pela CSC, MTS, PCB e grupos de esquerda locais.

CRISE NA BAHIA

Frente a iminência de perder a presidência da CUT Bahia (pela decisão da ASS de sair em chapa própria, após ter apoiado à Articulação Sindical nos dois últimos congressos), a Arsin tentou inchar sua delegação e diminuir a representação da CSC. A ASS e CSC que detinham maioria na Coordenação Estadual do Congresso tentaram impedir tais irregularidades. Sem condições de viabilizar o credenciamento (e após a polêmica ter provocado violência física entre cutistas), a Coordenação Nacional e a maioria da Coordenação Estadual optaram por cancelar o Cecut. Mas a Articulação Sindical local decidiu “fazer um congresso” só com seus delegados e “eleger uma direção”, transferindo a crise bahiana ao âmbito nacional (que deve decidir agora sobre se reconhece ou não o “congresso” da Arsin).

CRISE EM MINAS GERAIS

Com a mesma motivação que na Bahia, a Arsin em Minas Gerais de forma idêntica. Mas com duas diferenças importantes. Primeiro, as correntes mineiras decidiram logo no início que evitariam a violência física. Segundo, a Arsin no suposto “congresso” que realizou assim que a maioria da Coordenação Estadual do Congresso decidiu pelo seu cancelamento, num procedimento exótico elegeu “apenas a metade mais um” dos membros da direção estadual (“deixando para os outros” preencherem as outras vagas).

O marasmo, o desalento, a falta de perspectivas que têm reinado nas universidades públicas paulistas nos últimos anos não deixavam suspeitar a força da greve que começou no dia 25 de abril e terminou no dia 15 de junho.

A greve se iniciou com dois objetivos claros, internamente vinculados: a reivindicação salarial não se separou em momento algum da luta contra o desmantelamento da universidade pública. Este se revela não só nos salários ridículos, mas também na falta de condições de trabalho, na imposição de avaliações quantitativas mercantilistas, na transformação dos professores em captadores de recursos financeiros, na privatização branca através das fundações (da qual a Faculdade de Economia e Administração da USP é o exemplo mais candente), na progressiva cobrança de mensalidades e taxas, na valorização de um produtivismo vazio, visando somente melhorar as estatísticas para satisfazer organismos financeiros internacionais. A consequência disso tudo é o exacerbamento dos procedimentos burocráticos que roubam o espaço da reflexão. Esta, como sabemos, não se dobra ao giro vertiginoso do capital financeiro, que hoje domina toda a vida social, mas, ao contrário, requer tempo para o amadurecimento das idéias, exatamente o que a universidade atual está querendo impedir.

Embora os ganhos econômicos alcançados com a greve não tenham correspondido às reivindicações (simplificando um pouco, conseguimos 15% de reajuste em vez dos 25% pedidos no início do movimento), ainda assim representaram um avanço significativo em relação aos anos anteriores. Outra conquista importante foi a de uma política salarial que prevê reajustes periódicos conforme a arrecadação do ICMS, e pode significar, já em outubro próximo, de acordo com as projeções de arrecadação, um acréscimo de uns 2 ou 3% no índice de reajuste.

REDESCOBERTA DO AGIR POLÍTICO

Entretanto o grande saldo positivo da greve, reconhecido por todos os que participaram do movimento, foi a redescoberta do agir político. No lugar de resmungos, de reclamações mal-humoradas pelos corredores, assembleias lotadas, atos públicos, manifestações de rua revelaram todo um potencial de luta inesperado. Nenhuma análise poderá eliminar este elemento de surpresa, mas olhando-se retrospectivamente é difícil não notar a relação com um descontentamento mais geral que eclodiu por oca-

UMA GREVE MEMORÁVEL



sião da repressão contra as manifestações populares, particularmente dos índios e do MST. Fica cada vez mais claro que a repressão aos índios em Porto Seguro representou um ponto de inflexão na trajetória do governo FHC que se viu reduzido a tratar as reivindicações sociais como caso de polícia, sob pena de perder o controle da política de subordinação aos órgãos financeiros internacionais. O movimento grevista em SP não fugiu à regra e foi violentamente reprimido na manifestação conjunta com os trabalhadores do setor público estadual e federal no dia 18 de maio, na Avenida Paulista.

Em comparação com as greves anteriores, uma das características distintivas desta foi a unidade conseguida entre as três categorias. Com habilidade e respeito mútuo, professores, funcionários e estudantes souberam lidar com as inevitáveis divergências, mantendo-se unidos na ação, o que muito contribuiu para o vigor que o movimento adquiriu.

Outra faceta também de certo modo surpreendente foi o papel catalisador da Internet que, a exemplo do que ocorreu em Seattle durante a reunião da OMC em dezembro do ano passado, facilitou

bastante as tarefas organizativas, a troca de idéias, a crítica às deturpações veiculadas pela mídia, mostrando assim a possibilidade de fazer os avanços tecnológicos se voltarem contra o espírito mercantil que os promove. Aliás, foi justamente em virtude da força do movimento que a grande imprensa paulista acabou sendo obrigada a adotar uma atitude menos preconceituosa em relação às universidades públicas e aos seus profissionais. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, publicou dois suplementos sobre o tema, permitindo que os próprios professores expusessem suas idéias a respeito da crise da universidade, em vez de simplesmente adotar a atitude preguiçosa de repetir o velho chavão dos marajás improdutivos. O reflexo disso na opinião pública foi uma melhora de nossa imagem, contrabalançando a tendência das greves salariais de serem vistas como meramente corporativas.

UNIVERSIDADE PÚBLICA

A avaliação de uma greve não se encerra no período de sua duração. Nisto se baseou o Prof. Antônio Cândido ao afirmar, em seu depoimento da histórica ses-

A GREVE DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS ARRANCOU CONQUISTAS ECONÔMICAS, MAS PRINCIPALMENTE PERMITIU A REDESCOBERTA DO AGIR POLÍTICO.

ISABEL LOUREIRO E MARCOS BARBOSA DE OLIVEIRA

são do dia 12 de junho, que "toda greve é vitoriosa". Sendo apenas uma batalha na luta em defesa da universidade pública, há que estimar seu impacto no movimento mais amplo em que ela se insere. O que se tem visto neste período pós-greve indica um nítido fortalecimento. Registre-se de início a seriedade com que vem sendo conduzida a reposição de aulas, por parte tanto dos professores quanto dos alunos, numa clara demonstração de compromisso com a qualidade do ensino. Mais importante ainda, sente-se que, embora de forma diferente, o espírito combativo da greve continua vivo, agora nos inúmeros fóruns de discussão gestados durante sua vigência, envolvendo as três categorias. Há todo um planejamento sendo desenvolvido, uma rearticulação de forças dirigida contra a reforma neoliberal que vem nos sufocando.

Tudo isto alimenta a esperança de que, além das conquistas já consolidadas, a greve do ano 2000 venha a se tornar um marco na história das universidades públicas paulistas, o ponto de inflexão a partir do qual se começou não somente a reverter o avanço da reforma neoliberal, mas também a definir nossas próprias diretrizes para a construção das universidades públicas que queremos. Nas palavras do Prof. Roberto Salmeron, "universidades como centros de ensino e de criação intelectual nos mais variados domínios, artes, letras, ciências humanas e ciências naturais e exatas, lugar de germinação da cultura e da identidade de um povo" (Mais!, *Folha de S. Paulo*, 26.03.00).

ISABEL MARIA LOUREIRO É PROFESSORA DA UNESP/MARÍLIA E MARCOS BARBOSA DE OLIVEIRA PROFESSOR DA USP/FACULDADE DE EDUCAÇÃO.

26 DE SETEMBRO: DIA DA AÇÃO GLOBAL CONTRA O CAPITALISMO

No dia 26 de setembro, data em que se inicia a reunião geral do FMI e do Banco Mundial em Praga, serão realizados, em diversos países, protestos contra o capitalismo e a globalização. Em São Paulo, a iniciativa de convocar um dia de protestos e manifestações anti-capitalistas no centro velho da cidade partiu do grupo Ação Local por Justiça Global, formado principalmente por estudantes universitários, que se articula com a rede internacional Ação Global dos Povos. Uma coalizão de grupos, principalmente de juventude, vem encaminhando a preparação das manifestações, que buscarão, denunciar a ação das instituições capitalistas globais.

O documento de convocação dos protestos afirma: "A grande onda de liberalização econômica... começa, nos últimos anos, a ser fortemente combatida. Em 1994, camponeses 'zapatistas' de Chiapas se levantaram após o início do processo de 'integração econômica' le-

vado a cabo pelo Tratado de Livre Comércio da América do Norte; em 1998, é fundada a AGP, coalizão de movimentos sociais de base contra o 'livre comércio' e a OMC; em 1999-2000, uma série de grandes manifestações surpreende os donos do poder ao contestar a globalização e a liberalização econômica de uma maneira radical e democrática. Agora, enquanto o FMI e o Banco Mundial preparam-se para um encontro na cidade de Praga, na República Checa, no dia 26 de Setembro, grupos de todo mundo começam a se articular para grandes protestos.

O processo de globalização econômica tem causado indiscutíveis perdas para os trabalhadores, para o meio ambiente e para a soberania dos povos. Esse processo é ainda mais perverso nos países "em desenvolvimento"... Nenhum desses efeitos pode ser combatido localmente. A globalização — ao globalizar o capital, mas manter a força de tra-

balho e a legislação ambiental e trabalhista restrita às fronteiras nacionais — faz com que qualquer resistência nacional seja limitada...

Em toda parte as condições de trabalho são precarizadas, os gastos dos serviços sociais cortados e as restrições ambientais às ações das empresas reduzidas. Aumenta a desigualdade econômica entre ricos e pobres num mesmo país e a desigualdade entre países "desenvolvidos" e "em desenvolvimento". Avança o processo capitalista que transforma tudo em mercadoria e coloca o valor econômico em primeiro lugar. As artes e a cultura popular cada vez mais se descaracterizam transformando-se em produtos forjados por fórmulas industriais. Os centros decisórios migram dos estados nacionais — onde o controle dos povos já era restrito — para instâncias ainda mais distantes e não democráticas como os organismos internacionais (FMI, OMC, Banco Mundial) e o conselho das gran-

des empresas.

Nesse cenário, apenas a resistência mundial é possível. Chamamos, por isso, todos os grupos e movimentos sociais brasileiros a aderirem aos protestos mundiais contra a globalização econômica e o capitalismo que acontecerão em 26 de Setembro. Façamos um protesto criativo, apartidário, descentralizado e democrático.

Tudo o que podemos fazer, é barrar a ofensiva do capital para preservar aqueles direitos que ainda nos restam. Nosso próximo passo será ampliar os direitos e fazer avançar um novo modelo de sociedade. Uma sociedade com uma economia auto-sustentável em relação ao meio ambiente, com justiça social e com instituições políticas onde todos possam efetivamente participar. Contra a globalização do capital, globalizemos a resistência". Informações sobre a organização dos protestos no Brasil: <s26@ig.com.br>

A EXPERIÊNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM BELO HORIZONTE, QUE JÁ SE DESENVOLVE HÁ OITO ANOS, CONTOU COM O ENVOLVIMENTO DIRETO DE 16 MIL PESSOAS EM 1999.

MARIA AUXILIADORA GOMES

Ao final do primeiro mandato do Prefeito Célio de Castro, segundo do campo democrático popular em Belo Horizonte, a experiência do Orçamento Participativo se consolidou enquanto forma de deliberação popular sobre a aplicação dos recursos municipais e operou transformações substanciais no controle popular sobre as políticas da Prefeitura.

Seguindo uma dinâmica permanente de aperfeiçoamento, o Orçamento Participativo de Belo Horizonte partiu de um processo no qual a população delibera quais empreendimentos deverão ser executados pela Prefeitura e o recursos a serem aplicados, bem como os investimentos a serem feitos em moradias. A discussão ampliou-se para as políticas sociais e para a política urbana da cidade, bem como a hierarquização das ações de cada uma dessas áreas.

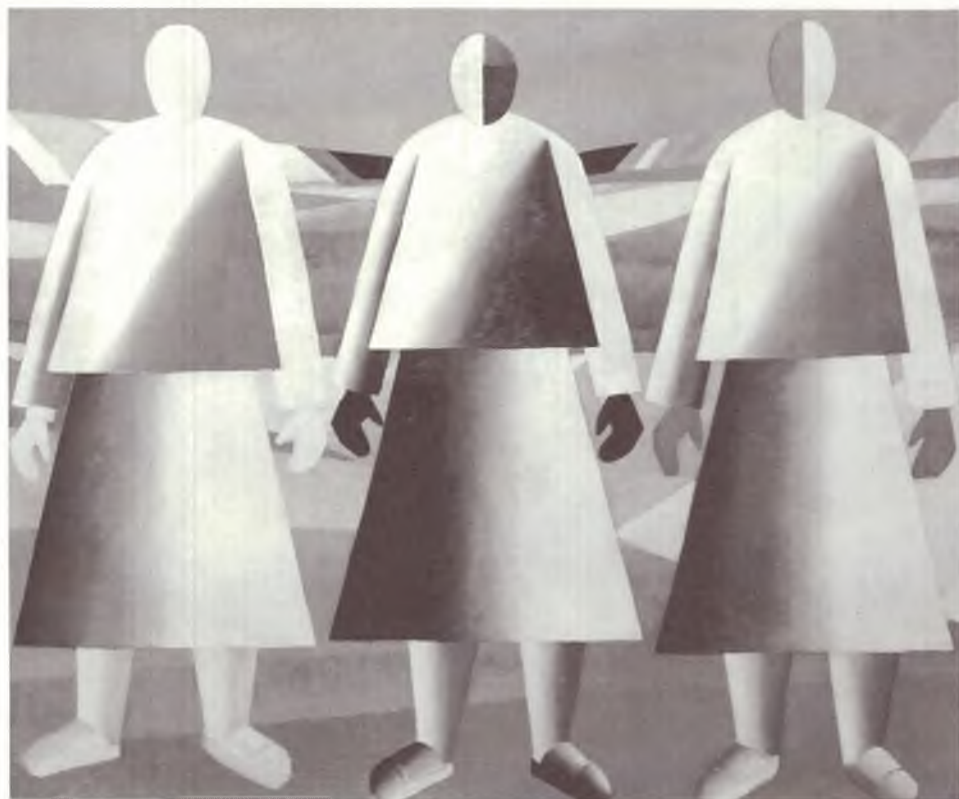
Também a forma de controle pela população, através da representação organizada, passou de mecanismos regionalizados e setoriais, através das Comissões Regionais e da Habitação (COMFORÇA), assumindo uma dimensão plural, abrangente e municipal com o Conselho da Cidade, cuja representação abarca todos os segmentos sociais de Belo Horizonte e que tem como atribuição principal o monitoramento do Orçamento Municipal, segundo as definições da Conferência da Cidade.

NOVOS AVANÇOS

A inserção das classes médias no processo tem sido um desafio permanente no sentido da requalificação do Orçamento Participativo (OP), dando transparência aos recursos que são aplicados nas áreas mais ricas da cidade. O OP Cidade representou o primeiro espaço efetivo de interlocução com a cidade como um todo. Também o OP Regional para o biênio 2001/2002, em curso neste ano, incorpora as classes médias através da ampliação dos recursos, na ordem de 10% do valor disponível para o restante da cidade, para as Unidades de Planejamento de maior Índice de Qualidade de Vida Urbana, indicador que passou a ser adotado na distribuição dos recursos na cidade. Segundo este indicador, quanto menor o IQVU e maior a população da Unidade de Planejamento, maior o recurso a ela destinado.

A população de Belo Horizonte dispõe hoje de uma valiosa experiência que passa pelo domínio de dados antes reservadas aos técnicos e aos governantes e que foram decodificados e desmistificados, passando pelo conhecimento da estrutura orçamentária e de gastos, dos

NOVOS HORIZONTES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO



recursos disponíveis para investimentos, das demandas gerais da cidade bem como de normas técnicas tais como processo licitatório, projetos executivos, normas jurídicas e de composição dos custos. Esta compreensão contribui para quebrar a antiga dependência de esquemas clientelistas, da negação de direitos à informação e propicia o compromisso popular ativo com os destinos da cidade.

O grande avanço alcançado pelo OP de Belo Horizonte se operacionalizou através de prolongada e ampla discussão com múltiplos setores da sociedade belorizontina e teve como principais marcos a realização da Pré-Conferência, em 1998 e a Conferência da Cidade em 1999.

UNIVERSALIZANDO A EXPERIÊNCIA

A Pré-Conferência do OP Cidade realizou-se em dezembro de 1988, reunindo 358 delegados, sendo 181 representantes institucionais e 177 representantes populares regionais e dos setores de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Habitação e Cultura.

A Pré-Conferência identificou os principais problemas de cada setor e aprovou a instalação da Comissão da Cidade, em substituição à Comissão Municipal do OP, limitada à representação das Regionais. Ela foi formada paritariamente por representantes da sociedade civil e Prefeitura, num total de 108 membros, tendo sido eleita dentre os delegados presentes e empossada em março de 1999. A Comissão da Cidade participou da organização da 1ª Conferência da Cidade, acompanhou e avaliou a execução das metas do OP-Regional e OP-Habitação. Seu mandato encerrou-se em setembro/99, substituída pelo Conselho da Cidade.

Como a Pré-Conferência abordava as políticas setoriais temáticas, foram criados fóruns setoriais para a escolha dos delegados à Conferência, o que ocorreu em plenárias dos seus respectivos setores ou em Conferências Setoriais (Educação e Habitação), no limite de 30 re-

presentantes dos setores (Cultura, Desenvolvimento Social, Educação, Saúde, Habitação e Política Urbana). Os representantes regionais foram escolhidos na proporção de 50% dos integrantes das nove Comissões de Fiscalização Regional (COMFORÇA), eleitas no OP Regional para o período de 1999-2000.

Foram realizadas inúmeras reuniões preparatórias à Pré-Conferência com lideranças e conselhos setoriais, sendo debatidos os princípios para a priorização dos gastos da Prefeitura com programas sociais e obras estruturantes, bem como a proposta de constituição do Conselho da Cidade, integrado por representantes de todos os setores de políticas públicas no município e entidades gerais da cidade.

As Plenárias e Conferências Municipais Setoriais preparatórias da 1ª Conferência, dez ao todo, realizadas de agosto a setembro de 1999, envolveram diretamente mais de 6.000 pessoas, entre delegados e participantes. Nesses fóruns, foram apresentados, debatidos, aprovados e hierarquizados os Planos Estratégicos Setoriais e eleitos (as) delegados (as) à Conferência.

A Conferência da Cidade ocorreu entre os dias 24 e 26 de setembro de 1999 com a participação de mais de 700 delegados (as) dos diversos setores: Abastecimento, Assistência Social, Assuntos da Comunidade Negra, Cultura, Desenvolvimento Social, Educação, Esportes, Saúde, Turismo e Eventos e Setor Urbano.

O Conselho da Cidade eleito compõe-se de representantes da sociedade civil, envolvendo setores sociais e urbanos, entidades gerais, incluindo representante sindical, representante do funcionalismo municipal e da Câmara de Vereadores totalizando 79 Conselheiros. O executivo municipal na pessoa do Prefeito também se faz representar no Conselho, porém sem direito a voto e com a função de assessoramento. O Conselho da Cidade representa a possibilidade de um salto de qualidade no controle público sobre a Prefeitura de Belo Horizonte.

Em Belo Horizonte, o processo efetivo de democracia participativa na administração pública municipal teve início em 1993, na gestão do Prefeito Patrus Ananias, do Partido dos Trabalhadores, através do Orçamento Participativo Regional. A metodologia consistia em realizar plenárias nas nove regionais administrativas, com o levantamento das demandas de empreendimentos e a escolha de delegados ao Fórum Regional de Deliberação do Plano Regional de Empreendimentos. Antes do Fórum, através das Caravanas das Prioridades, os delegados realizam visitas para conhecimento das obras apontadas, para embasar sua futura decisão.

Em 1995, instituiu-se o Orçamento Participativo Habitação, cuja dinâmica contempla discussões públicas regionalizadas dos Sem Casa, seguidas pelo Fórum Municipal de Habitação, no qual se define o investimento em construção de moradias e urbanização de lotes, bem como as famílias beneficiadas. Até agora, foram 3.059 famílias atendidas entre habitações populares e lotes urbanizados pelo OPH.

A implementação do Orçamento Participativo exigiu mudanças internas na Prefeitura de Belo Horizonte, onde dificuldades técnicas e gerenciais relacionadas com a inadequação da estrutura administrativa para responder às demandas se fizeram sentir, gerando erros nos orçamentos e atrasos nas obras. Para proceder à estimativa de custo, à elaboração de projetos, trabalhar cumprindo-se metas

O Instituto Florestan Fernandes promoveu, em 1 de junho de 2000, um debate sobre democracia participativa em São Paulo, com a presença de Marta Suplicy, Aldaisa Sposati, Fabio Comparato e Felix Sanchez. Publicamos, a seguir, extratos da intervenção de Félix Sanchez.

Numa cidade atravessada por imensas desigualdades e marcada pelo gigantismo de São Paulo, a adoção de mecanismos de democracia participativa tem a capacidade de oferecer corretivo à democracia representativa. No caso de São Paulo, a ação que desenvolvemos padeceu de vários impasses, que são justamente os impasses que impediram a adoção de mecanismos como o orçamento participativo e de mecanismos que estavam garantidos na própria Lei Orgânica, como o Referendo, o Plebiscito, a audiência pública e que, só muito parcialmente, e de forma muito limitada, conseguimos implantar durante os quatro anos de governo entre 89 e 92. Daquele período fica com muita clareza uma experiência que aponta para elementos que deveríamos corrigir numa próxima gestão, os elementos de unidade política no governo em torno da questão da participação. Por exemplo, os Grupos Regionais de Planejamento, criados em 1989, acabaram sendo abolidos no ano seguinte e desmontaram a possibilidade, inclusive, de criar conselhos populares de acompanhamento à ação governamental. Bloquearam o caminho no sentido da desconcentração administrativa e da descentralização política que estava sendo ensejada por vários setores do Partido e também presentes no próprio Governo.

Criou-se uma situação em que, ao concluir o período de governo entre 89 e 92, o projeto de lei que estabelecia os mecanis-

e prazos, enfim, enfrentar essa nova agenda de "obras" e "compromissos", foi necessário o aprimoramento da estrutura existente. Assim, em 1995, foi criado o Grupo Gerencial, responsável pelo monitoramento da execução e pela articulação dos órgãos envolvidos. Foi necessário definir limite do número de empreendimentos de acordo com a capacidade operacional dos órgãos executores e com a capacidade financeira da PBH.

Foi também introduzida a exigência de elaboração e implementação do Plano Global Específico para intervenções em vilas e favelas, orientando ações de requalificação ambiental, urbanística, considerando os aspectos sociais, organizativos e a regularização fundiária.

A partir de 1998, foram incorporados critérios de planejamento para qualificar as demandas aprovadas: Relevância Social (quantidade de vezes que o empreendimento passou pelos Fóruns Regionais sem ter sido aprovado) e Abrangência Social (se a obra atende à população de um beco ou rua, de uma vila ou bairro ou da região). Foi também adotada a bianualidade, sem prejuízo na destinação de recursos e na definição de prioridades, a fim de compatibilizar prazos que envolvam licitação de projetos, de obras e de desapropriações, assim como definida a incorporação da discussão das políticas setoriais do "Orçamento Participativo Cidade". Com a bianualidade, em cada mandato, a população aprova, intercaladamente, dois orçamentos de obras regionais e de habitação e dois orçamentos sociais e de intervenções urbanas.

A FORÇA DOS DELEGADOS

Quanto à participação popular, o Orçamento Participativo propiciou um salto em sua qualidade na relação com a PBH, atribuindo-lhe poder deliberativo e de fiscalização da execução das deman-

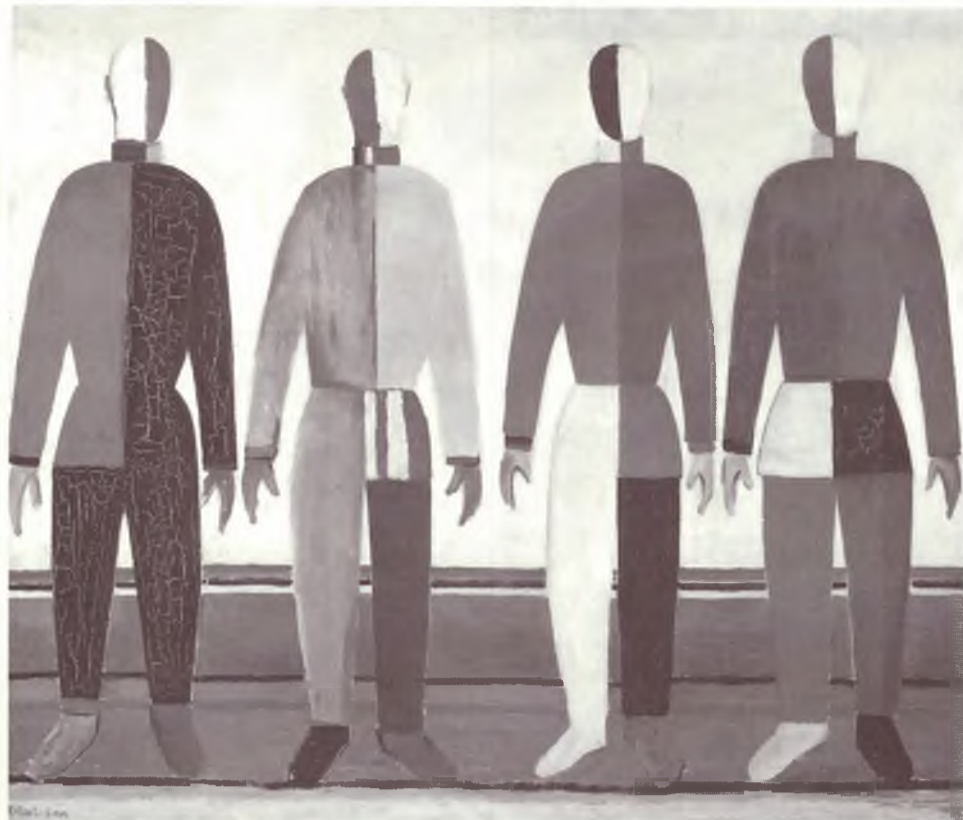
das. A inovação em Belo Horizonte em relação às práticas desenvolvidas em outras cidades consiste na escolha direta pela população de empreendimentos com escopo definido e valores pré-estimados, garantindo-se a transparência e precisão do compromisso firmado pelo executivo municipal com a execução da prioridade aprovada.

Os números da participação popular no Orçamento Participativo de Belo Horizonte são medidos no momento de votação dos empreendimentos, pois a participação se repete nas várias etapas do processo. Esta foi de 6.202 participantes no OP 94, 14.461 participantes no OP 95, 17.597 participantes no OP 96, 17.937 participantes no OP 97, 11.871 participantes no OP 98 e 16.325 participantes no OP 99/2000.

A participação nas rodadas iniciais que estão ocorrendo neste ano dá indício de enorme crescimento demonstrando maior confiança da população com relação aos compromissos assumidos pelo Prefeito Célio de Castro quanto à continuidade do OP e quanto a honrar os compromissos assumidos pela administração Patrus Ananias, com a conclusão das obras em atraso.

A Prefeitura de Belo Horizonte tem dado passos importantes no sentido de realizar a inversão de prioridades, acolhendo demandas dos segmentos sociais excluídos residentes em vilas e favelas, proporcionando uma significativa atuação em favor das camadas mais carentes da população, principalmente no que diz respeito à execução de obras viárias e de saneamento básico, além de viabilizar melhorias nas condições de moradia da população em áreas de risco.

A instituição do Orçamento Participativo Cidade, vem consagrar a dimensão de maior controle social sobre as políticas municipais, com a inclusão das políticas sociais e urbanas no Orçamen-



to Participativo, ampliando a discussão sobre a peça orçamentária que se transformou em objeto de deliberação no Conselho da Cidade, eleito na Conferência da Cidade em setembro de 1999, com a atribuição de monitorar o processo de elaboração e execução orçamentária.

A escolha dos representantes populares no Orçamento Participativo ocorre desde o início de sua implantação em 1993. No Fórum Regional, é eleita a Comissão Regional de Acompanhamento e Fiscalização - COMFORÇA com o papel de acompanhamento de escopo, projeto, do processo licitatório, do andamento das obras priorizadas e da fiscalização de sua execução. Em cada edição do Orçamento Participativo, nova COMFORÇA é eleita, agregando-se ao processo de representação popular. Até o OP 99/2000, foram eleitos 1.497 representantes para as COMFORÇA.

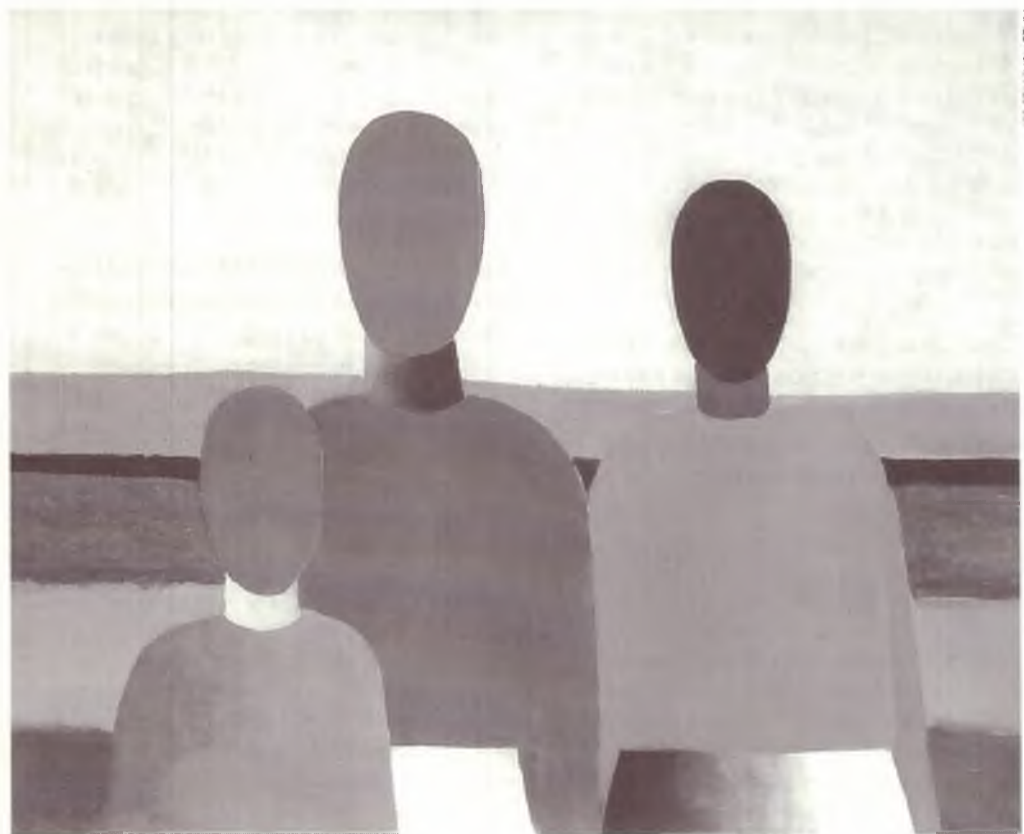
No início de 1997, foi criada a Comissão Municipal do Orçamento Par-

ticipativo (CMOP), composta de representantes das COMFORÇA e paritariamente de representantes da Prefeitura, que elaborou propostas de atualização e ampliação do processo buscando articular sua dimensão municipal, com o intuito de superar a fragmentação inerente à dinâmica regionalizada numa abordagem totalizante do Orçamento Participativo.

Em termos de meta física para a execução dos 719 empreendimentos aprovados até 1999/2000, 501 estão concluídos, outros 218 serão finalizados até o final de 2000, o que representa um grande avanço no cumprimento dos prazos estabelecidos. Mais de uma centena de novos empreendimentos estão sendo decididos até setembro deste ano para o biênio 2001/2002 além de quase mil novas moradias.

MARIA AUXILIADORA GOMES É COORDENADORA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM BELO HORIZONTE.

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA EM SÃO PAULO



mos de participação popular na gestão municipal acabaram sendo encaminhados depois do prazo legal que permitia a sua discussão na Câmara Municipal. E naturalmente, Maluf

eleito prefeito, engavetou o projeto de lei que demorou três anos para ser encaminhado, por falta de unidade política em torno da importância de se estabelecer esses critérios,

esses mecanismos de participação na gestão. Então, o desafio que temos diante da construção de um novo governo popular e democrático na Cidade de São Paulo é justamente o desafio de construir o novo, em um município que piorou a sua qualidade de vida, aumentou as suas desigualdades e concentrou a renda e o poder.

Eu gostaria de remeter para a experiência mais marcante que o PT conseguiu construir nas principais Cidades do País e em alguns Estados onde ele governa, a experiência do orçamento participativo. Ela tem mostrado uma capacidade para dialogar com todos os segmentos da população, inclusive as classes médias, que são os setores mais difíceis de mobilizar e, inclusive, mais permeáveis à propaganda dos setores da direita. A experiência do orçamento participativo, evidencia a possibilidade de enfrentar, numa Cidade do porte de São Paulo, essa situação de crise das instituições políticas. Por que? Porque ela lida, essencialmente, com uma repactuação da relação entre governantes e governados. Significa constituir um espaço público não estatal, que é também um instrumento de ampliação e de alargamento do direito à cidadania. É por esse caminho que o PT tem ensaiado construir uma hegemonia política em torno de novos valores de participação e ingerência nos principais setores da vida política. Numa Cidade como São Paulo, nós temos o desafio de combinar a capilaridade do processo de escolha dessas delegações que vão compor o orçamento participativo, com a definição também clara dos foros de decisão, para que esse processo seja um processo politizador, esclarecedor e que possa contribuir para construir o vínculo, o nexa, entre a população e o governo.

Nós podemos vincular isso ao processo de descentralização política na Cidade. Nós

temos na Lei Orgânica a figura das sub-prefeituras, ou seja, a idéia de governar a Cidade não apenas com base numa admissão setorial de funções, mas de incorporar o elemento territorial na ação de governo, garantindo uma outra dimensão do direito à Cidade, que é o direito ao território - elemento que as Administrações Regionais não contornam. As Administrações Regionais hoje existentes se prendem a uma legislação que já está superada e são sinônimos de corrupção e clientelismo. Acho que uma Prefeitura do PT deve assumir a criação das sub-prefeituras, como um elemento fundamental da alteração da relação política do governo com os diversos territórios da Cidade.

Para concluir, nós temos no orçamento participativo a oportunidade de uma ação redistributiva bastante viável. Basta ver a experiência de um Estado da complexidade do Rio Grande do Sul, com uma população semelhante à população da Cidade de São Paulo, que tem 495 Municípios. No primeiro ano, ele contou com a participação de 200 mil pessoas; no segundo ano está completando esse processo com 400 mil pessoas, ou seja, quase 8% do eleitorado daquele Estado. É verdade que o Rio Grande do Sul não é São Paulo, mas nós temos aí uma indicação muito importante da possibilidade da discussão do orçamento pelo conjunto dos habitantes. Esse é um desafio que me parece importante enfrentar: Constituir a bandeira do orçamento participativo deve evidentemente se vincular ao reforço de outros instrumentos de participação popular; como os Conselhos setoriais e os vários conselhos que já estão fixados em lei, e que hoje sofrem com os limites de gestões conservadoras.

Félix Sanchez é secretário-geral do Instituto Florestan Fernandes.

DESDE AS MANIFESTAÇÕES DE SEATTLE, CRESCEM AS CAMPANHAS COMUNS E EMERGE UMA COORDENAÇÃO MUNDIAL REPRESENTATIVA DA LUTA CONTRA A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL.

PIERRE ROUSSET

A CONFERÊNCIA DOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO, EM GENEBRA, PERMITIU UMA MELHOR ARTICULAÇÃO DESTA LUTA GLOBAL. APRESENTAMOS A SEGUIR TRÊS OPINIÕES SOBRE ESTE PROCESSO, DE PIERRE ROUSSET, JOSÉ BOVÉ — QUE VEM SE DESTACANDO COMO PRINCIPAL DIRIGENTE DOS CAMPONESES FRANCESES QUE COMBATEM A GLOBALIZAÇÃO — E SUSAN GEORGE, DO OBSERVATÓRIO DA GLOBALIZAÇÃO.

A MUNDIALIZAÇÃO DAS



Os movimentos de resistência à mundialização neoliberal reuniram-se, nas ruas de Genebra, para manifestar antes da conferência-balanço da Organização Nações Unidas (ONU) sobre as questões sociais. E para trabalhar junto por uma melhor coordenação das mobilizações e campanhas convergentes.

Homens de Estado do mundo inteiro tinham solenemente se comprometido a fazer a pobreza recuar por ocasião do encontro social organizado pela ONU em Copenhague, em 1995. Agora, cinco anos mais tarde, na hora do balanço oficial, a constatação se mostrou inapelável: a mundialização capitalista não

cessou de aumentar as desigualdades. Cerca de 10 mil pessoas protestaram, no dia 25 de junho, diante das sedes da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da ONU. Nos três dias precedentes, cerca de 500 delegados da Europa, das Américas, da África, do Oriente Médio e da Ásia aproveitaram a ocasião para se reunirem e trabalharem pelo fortalecimento da coordenação internacional das resistências à ordem neoliberal. A conferência de Genebra se inscreveu, assim, em uma longa cadeia de iniciativas: o contra-G7 de Lyon e a conferência intercontinental dos zapatistas em 1996, os encontros de Saint-Denis há um ano, as mobilizações de Seattle em novembro

passado.

Em Bangcoc, em janeiro de 2000, vários movimentos decidiram realizar um encontro em Genebra, importante para a discussão de nossas alternativas, a definição de nossas campanhas comuns, a convergência de nossas redes regionais ou mundiais e a articulação de nossos combates. Concretamente preparado pelo comitê suíço Chamado de Bangcoc e Attac-França, essa conferência foi concebida como um lugar de trabalho, com um grande número de ateliês e duas reuniões gerais, e não como uma grande assembléia. O que ajuda a mostrar o que ela trouxe de novo.

Observemos, de início, uma exten-

são geográfica da rede militante reunida nos encontros internacionais e um reforço das solidariedades regionais. Certamente, por razões práticas, a Ásia e a região do Pacífico estavam pior representadas que há um ano em Saint-Denis; e a extrema heterogeneidade daquela parte do mundo (preocupada com violentos conflitos) se fez sentir. Mas a América Latina (onde comitês Attac nacionais se formam) e a África (com os movimentos contra a dívida) estiveram politicamente muito ativas em Genebra. A Europa não tinha estado senão marginalmente implicada nos encontros internacionais de Saint-Denis; naquela vez, uma coordenação europeia do conjunto de

MUDAR AS REGRAS DO JOGO

ENTREVISTA COM JOSÉ BOVÉ

Nos dias 30 de junho e 1º de julho, José Bové foi julgado por ter desmontado, junto como um grupo de camponeses, uma lanchonete do McDonalds em construção, como protesto pelas sanções comerciais dos Estados Unidos contra produtos agrícolas franceses. Pouco antes de seu julgamento na pequena cidade de Millau, foi acompanhado de uma enorme manifestação de solidariedade de todos os movimentos em luta contra a globalização, o jornal Rouge entrevistou Bové sobre a repressão da qual ele é vítima, a luta contra a devastação provocada pela globalização liberal e o novo internacionalismo.

FRANÇOIS DUFOUR E VOCÊ DESCREVEM EM SEU LIVRO, O MUNDO NÃO É UMA MERCADORIA (EDIÇÃO LA DÉCOUVERTE), O CONLUIO ENTRE A FEDERAÇÃO CAMPONESA MAJORITÁRIA, A FNSEA, E O ESTADO PARA IMPOR UMA AGRICULTURA PRODUTIVISTA. COMO UMA ORGANIZAÇÃO COMO A DE VOCÊS, QUE SE OPÕE À ESSA LÓGICA, PÔDE CONQUISTAR SEU LUGAR NO MUNDO RURAL?

Da mesma forma que qualquer organização

sindical: quando as pessoas se sentem enganadas, elas compreendem a lógica de um aparelho que está lá somente para os representar e, na realidade, as trai e elimina. A partir daí as pessoas decidem. Há uma tomada de consciência sobre o modo de trabalhar e sobre a maneira como se explora e, ao mesmo tempo, sobre a maneira de se defender coletivamente contra as multinacionais, os bancos ou o Estado.

A PROPÓSITO DA REPRESSÃO QUE ATINGIU VOCÊS E OUTROS CAMPONESES DA CONFEDERAÇÃO, MAS TAMBÉM O MOVIMENTO DOS “SANS PAPIER” (IMIGRANTES CLANDESTINOS) OU DOS DESEMPREGADOS, VOCÊS FALAM DE “CRIMINALIZAÇÃO” DO MOVIMENTO SOCIAL.

Penso que é devido inicialmente à um clima social onde o Estado tem uma responsabilidade. Os movimentos sociais ou as organizações são menos e menos levados em conta. Passa-se sobre suas cabeças. O segundo aspecto é um desvio na conduta dos magistrados, que são mais e mais repressores no que diz respeito aos pequenos delitos, sem jamais se ocupar dos problemas de fundo

como o tráfico financeiro e as grandes redes de lavagem de dinheiro. Hoje, prefere-se agir sobre a pequena criminalidade ou sobre o movimento social, que é reprimido. Há uma necessidade de desenvolver uma reflexão nas organizações de magistrados e também no ministério da Justiça para que eles tenham uma outra concepção, mais coerente, da sociedade e da justiça que se pretende estabelecer.

QUE LIGAÇÃO VOCÊ FAZ ENTRE SEU COMBATE DE SINDICALISTA NA FRANÇA E AS LUTAS EM ESCALA INTERNACIONAL, COM OS CAMPONESES DO SUL O OS SINDICALISTAS NORTE-AMERICANOS POR EXEMPLO?

Hoje, o combate contra a mundialização liberal não pode mais ser corporativista. É um combate do conjunto de pessoas que são vítimas dessa forma de mundialização. É necessário mudar as regras do jogo. Ao nível do campesinato, por exemplo, nós criamos uma estrutura internacional que se chama Via Campesina. Ela reagrupa camponeses de todos os continentes, que lutam juntos pelos mesmos objetivos. Na Europa, isso passa por um combate contra a Política Agrícola Comum (PAC), seus desequilíbrios e suas injustiças. Na América do Sul, isso passa por um combate pela reforma agrária e contra as multinacionais que expulsam centenas de milhares de camponeses para monopolizar suas terras. Esse com-

bate é global e não somente rural: durante a manifestação de Seattle, a AFL-CIO, a maior central sindical americana, aceitou que um camponês de cada continente estivesse à frente da passeata, assim como camponeses do Terceiro Mundo.

FALA-SE DE “NOVO INTERNACIONALISMO”: VOCÊ SUBSCREVE ESSA FÓRMULA E SOBRE QUAIS BASES?

Nós a subscrevemos na medida em que o que já fizemos é já uma forma de internacionalismo camponês. É a primeira vez que isso acontece. Hoje, mais de 50% da humanidade vive da agricultura. Buscamos juntar os camponeses do mundo inteiro sobre um projeto global de produção agrícola, para lutar contra as multinacionais, e permitir às pessoas viver de sua produção e nutrir sua população. Isso é efetivamente uma retomada da questão de um modelo de ordem econômica que seja também portador de novas maneiras de conceber as trocas entre as pessoas. Penso igualmente que é uma nova forma de internacional que está para se formar no plano sindical e através do conjunto dos movimentos que lutam hoje contra a mundialização. É uma forma de internacionalismo que se constrói de maneira diversa, a partir de cada um e de suas realidades, e onde tenta-se estabelecer objetivos comuns a curto prazo, mas também a longo, para transformar a realidade.

RESISTÊNCIAS


nossa campanha foi decidida, com um secretariado assegurado sucessivamente por cada país (com a França assumindo para começar essa responsabilidade). Enfim, pela primeira vez, um ateliê permitiu às organizações da África do Norte e do Oriente Médio se encontrarem.

Destaquemos, em seguida, um crescimento notável das campanhas comuns. Uma coordenação mundial muito representativa começa a emergir em relação à taxa Tobin, depois do chamado lançado em Washington, em abril, pelos parlamentares. A mobilização pela anulação da dívida do Terceiro Mundo ganhou uma amplidão considerável em 1999-2000, mas ela permanece dividida, por exemplo, entre o poderoso movimento Jubileu 2000 da Inglaterra (que começou por ter como alvo somente os países mais pobres) e os movimentos que exigem sua abolição para o conjunto dos países dominados (Jubileu-Sul, o CADTM, a dinâmica campanha espanhola...). Todos esses integrantes da "campanha dívida" decidiram cooperar com as outras campanhas, na discussão em Genebra. Novos terrenos de iniciativas convergentes foram também estabelecidos contra o desemprego, em defesa dos serviços públicos (em relação à iniciativa tomada sobre o correio na Europa) e sobre os acordos regionais de livre-comércio.

A participação do movimento sindical nessa convergência militante permanece muito desigual e, em geral, muito fraca. Ela se reforça no entanto nos Estados Unidos (como vimos em Seattle e Washington) e na América Latina (México), na Ásia (Coreia) ou na França. A CGT participou com força da manifestação do dia 25 de junho (sem, no entanto, se investir muito nos trabalhos da conferência), do mesmo modo que a

FSU e os SUD. Sinal dos tempos que começam a mudar, a Conferência Internacional dos Sindicatos Livres (CISL) apoiou as mobilizações de domingo, para as quais contribuíram também a rede de organizações não-governamentais, que assegurou a seqüência do encontro social de Copenhague.

Um dos aspectos mais importantes da conferência de Genebra foi a vontade declarada de articular melhor as resistências mundiais às políticas neoliberais, fazendo surgir novas formas permanentes de coordenação flexível. Estamos apenas no início de um experimento; muito ainda falta ser inventado. Mas a sucessão dos próximos encontros regionais (a conferência intergovernamental de Nice, em dezembro de 2000, para a Europa, ou os encontros Europa-Ásia, em outubro, em Seul) e internacionais nos permitirá testar efetivamente nossa capacidade de avançar nesse domínio.

A assembléia geral do FMI e do Banco Mundial em Praga, em setembro, deverá oferecer a ocasião para impulsionar adiante o debate sobre as instituições financeiras internacionais (onde se opõem pontos de vista "reformadores" e "abolicionistas") e de tecer ligações com parceiros da Europa Oriental. O encontro de Dakar, em dezembro, permitirá novas vitórias à campanha sobre a dívida, no fim do ano do Jubileu, e se concentrará sobre a questão global das relações Norte-Sul. Enfim, os brasileiros, muito presentes em Genebra, decidiram organizar um Fórum Social Mundial, de 25 a 29 de janeiro de 2001, no momento do encontro suíço e liberal de Davos, na cidade de Porto Alegre. Este último encontro deverá adquirir uma importância toda particular. Não é senão um começo. 



A LUTA MUNDIAL

ENTREVISTA COM SUSAN GEORGE

PODE-SE FALAR, DEPOIS DE SEATTLE, DE UM INTERNACIONALISMO NA LUTA CONTRA A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO (OMC)?

Não se pode mais fazer um Seattle ou um Washington a cada três meses, e por outro lado, essa ocasião não nos será oferecida. Os diferentes movimentos nacionais se mobilizam por coisas diferentes. Para os franceses, há Millau, que vem após Genebra. Houve Bangcoc, encontro pelo qual os asiáticos se mobilizaram bastante, particularmente os tailandeses. Os coreanos se mobilizaram sobretudo em torno de sua situação e de seus problemas econômicos imediatos. Há também muita mobilização na América Latina. Eu não sei se é possível dizer que tudo isto está ligado, mas no que diz respeito ao hemisfério norte, a situação evoluiu muito neste sentido. Na luta contra o Acordo Multilateral de Garantia dos Investimentos (AMI), em 1998, somente a França, o Canadá e alguns outros países estavam fortemente mobilizados. Hoje, grandes coalizões se formam em vários lugares. É o caso da Itália, onde a mobilização foi conseguida em torno de uma reunião da OCDE (Organização para o Desenvolvimento Econômico), em Bolonha.

Da minha parte, participei da conferência de imprensa que anunciou a criação do Attac-Alemanha, do qual fazem parte cerca de 60 organizações. O encontro seguinte foi agora em Genebra — depois da reunião da Unicef, nos dias 9 e 10 de junho, em Bruxelas, onde os camaradas belgas se manifestaram e contaram com a participação de franceses vindos do norte da França. Este conjunto de manifestações dá uma idéia da variedade de objetivos e alvos. É por isso que eles vão fazer de tudo para não mais acontecerem encontros interministeriais nas condições de Seattle. Aliás, a próxima reunião daquele tipo acontecerá no Qatar, um minúsculo país vizinho à Arábia Saudita.

Esse movimento foi lançado e não desaparecerá. É o reflexo de uma tomada de consciência política, de uma compreensão que é necessário lutar ao nível da economia internacional uma vez que ela é dirigida pelas transnacionais e algumas grandes instituições, como o FMI, o Banco Mundial e a OMC.

QUAIS SÃO OS PONTOS FORTES E AS FRAQUEZAS DESSE MOVIMENTO ANTI-OMC, CONTRA A MUNDIALIZAÇÃO LIBERAL?

Temos conosco um grande número de pessoas, temos as idéias. O que nos falta é organização, mas ela está sendo construída. Faltam sobretudo os meios para atingir um alvo tão pouco nítido quanto a Comissão Europeia. Há certamente o Parlamento Europeu, mas isso está longe de ser suficiente. Resta atingir a OMC, o FMI, o Banco Mundial, instituições onde as possibilidades de intervir democraticamente não existem.


É necessário inventar novos meios, novas instituições. Porque não se pode confiar nas instituições que têm o poder. É necessário que os cidadãos se informem, principalmente sobre dossiês técnicos, difíceis. Tudo está por fazer.

Outro ponto forte é a participação im-

portante da geração jovem nas diferentes mobilizações. Ela testemunha uma tomada de consciência das estradas do combate e de uma compreensão que os ataques conduzidos via o FMI e o Banco Mundial, ontem desfechos contra os países do Terceiro Mundo, hoje se produzem no Ocidente. A ofensiva liberal à qual nós somos confrontados não toma conta somente dos Estados Unidos, as transnacionais europeias também trabalham em conjunto e fazem pressão por desregular, para quebrar o serviço público. A Comissão Europeia, na categoria diálogo de negócios, dirigiu-se às transnacionais para que estas últimas contassem seus "desejos" no âmbito da liberalização dos serviços. Cerca de 10 mil empresas foram sondadas. Sua rede, como o Fórum Europeu de Serviços ou a Rede de Investimentos Europeus, participa plenamente desta liberalização dos serviços públicos europeus. A ofensiva amplia-se.

QUAL É A NOVIDADE DAS REUNIÕES ANTERIORES, COMO AS DO MOVIMENTO "ÇA SUFFAT COMME CI" (JÁ BASTA COMO ESTÁ), PARA AQUELAS DE HOJE?

A primeira diferença está na importância das coalizões e de seu crescimento. Nós não somos mais uma reunião de algumas organizações, mas sobretudo uma convergência de um grande número de forças. O professor, o agricultor, o ecologista compreenderam que, para além das suas batalhas próprias, eles estão todos confrontando as consequências da mundialização e que sozinhos em seu canto, eles estão, e nós também, seguros de perder. Quando examinamos o Acordo Geral de Comércio e de Serviços, temos a confirmação de que eles têm a intenção de liberalizar a educação, a saúde, a cultura, o audiovisual e o meio-ambiente. Além disso, se os governos pretendem se opor à tal liberalização, meios técnicos foram elaborados para contornar suas decisões políticas. Quanto mais percebemos o nível e a extensão da ofensiva, mais nos damos conta que as convergências são imperativas. Nós não estamos de acordo sobre todas as questões, mas estamos convencidos que temos objetivos comuns e razões para lutarmos juntos.

Para mim, essa é a grande novidade. É verdade ao nível nacional, mas é verdade também em escala internacional. As coalizões nacionais se reagrupam para criar uma verdadeira frente internacional. Discutiremos isso em Millau e definiremos alguma iniciativa para o momento da posse da presidência europeia pela França, com objetivos precisos a realizar, cada um em seu próprio país e com os meios que cada um julgará os mais apropriados. Em Genebra, no dia 22 de junho, os camaradas do sul e do norte se encontrarão também para discussões de ordem estratégica e ateliês; uma manifestação no domingo e uma ação simbólica frente a frente com a OMC serão organizadas. Em Paris, os comitês Attac de Paris e arredores se mobilizam para a reunião da OCDE no dia 26 de junho. Depois será Millau, de 30 de junho a 1º de julho. O calendário está bem recheado, a ação é sustentada. Eu não vejo isso na França desde a guerra do Vietnã. É estimulante. 



O FÓRUM SERÁ UM ESPAÇO DE ARTICULAÇÃO DE AÇÕES PARA CRIAR UM CONTRA-PODER PLANETÁRIO DOS CIDADÃOS.

PROPOSTA DO COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO BRASILEIRO

O Fórum Social Mundial será um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais.

O Fórum Social Mundial será realizado todos os anos, a partir de 2001, simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre em Davos, Suíça, sempre no final de janeiro. Este Fórum Econômico tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo o mundo. Sua base organizacional é uma fundação suíça que funciona como consultora da ONU e é financiada por mais de 1.000 empresas multinacionais.

O espaço criado pelo Fórum Social Mundial estará voltado para a formulação de alternativas, para a troca de experiências e para a construção de articulações orgânicas, táticas e estratégicas, entre ONGs (Organizações Não Governamentais), movimentos sociais, sindicatos, associações e entidades religiosas, em cada país e em nível continental e mundial. São essas organizações que enfrentarão o desafio de promover e financiar o Fórum Social Mundial. O resultado que se espera é a identificação de caminhos e propostas mobilizadoras para manifestações e ações concretas da sociedade civil.

Quando da realização do Fórum Social Mundial deverão ocorrer outros eventos simultâneos e manifestações em torno dos seus objetivos em todo o mundo. Circuitos de palestras e debates deverão ser realizados paralelamente ao evento, envolvendo diretamente os cidadãos.

A proposta de criar o Fórum Social Mundial decorre das mobilizações ocorridas na Europa contra o Acordo Multilateral de Investimentos - AMI em 1998, das grandes manifestações de Seattle, durante o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em novembro de 1999, e das realizadas recentemente em Washington contra as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Essas mobilizações colocaram definitivamente em evidência a emergência de um movimento cívico além das fronteiras nacionais. Há décadas habituadas a tomar decisões que afetam a vida de centenas de milhões de pessoas, fora de qualquer controle democrático, as grandes instituições internacionais estão descobrindo que têm, a partir de agora, de prestar contas à opinião pública.

Da mesma forma, os governos precisam saber que essa vigilância será exercida com rigor cada vez maior sobre eles mesmos. (...) Demandados que prestam contas aos Parlamentos e a seus cidadãos das posições que tomam nesses encontros.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL



Milhares de sindicatos, associações, ONGs, entidades religiosas e outros movimentos populares, que travavam lutas em seu país, sua região, sua cidade ou em seu meio rural, supondo-as isoladas, tomaram consciência de que, juntos, constituíam um arquipélago planetário de resistência à globalização neoliberal. Passaram então a se conhecer, trocando regularmente informações, unindo-se em ações comuns ou convergentes, começando a concretizar a vocação que têm para se tornar um contra-poder planetário dos cidadãos.

Ao mesmo tempo em que crescem tais manifestações, tem havido em todo mundo esforços de se buscar alternativas que coloquem o desenvolvimento humano e a democracia participativa como fatores prioritários de governos e cidadãos. São sementes que germinam novas esperanças na construção de um mundo mais livre e com justiça social.

São essas tendências que fizeram nascer a proposta do Fórum Social Mundial. E ela representa um passo qualitativamente novo para a construção desse contra-poder planetário.

O Terceiro Mundo e os pobres e excluídos dos países desenvolvidos sofrem duramente os efeitos da política devasta-

dora da globalização liberal e da ditadura dos mercados, conduzida sob a égide do FMI, do Banco Mundial, da OMC e dos governos que lhes são fiéis.

O Brasil é um dos grandes países vitimados por essa situação. Nele, como em muitos outros, cresce a resistência nas cidades e no campo, nas escolas, universidades e favelas a essa ordem mundial desumana. As organizações populares brasileiras já dispõem em vários Estados e em inúmeras municipalidades de sólidos pontos de apoio. Essa rica experiência de combates populares e alternativas de desenvolvimento também contribuiu para que surgisse a proposta de realização do Fórum Social Mundial no Brasil. Outros países, a exemplo do Brasil, vêm mostrando o mesmo empenho em agir a favor dos mais necessitados e no sentido de uma nova ordem mundial.

O Comitê Brasil de Organização do Fórum Social Mundial convida todas as redes internacionais de ONGs, de sindicatos, de associações e de grupos de cidadãos de todos os países que compartilham desses objetivos a se unirem a esta iniciativa, constituindo um Comitê Internacional do Fórum Social Mundial.

O Comitê Brasil de Organização do Fórum Social Mundial espera de todos os

representantes dessas redes das Américas, África, Ásia e Europa, que assumam o compromisso de contribuir decisivamente para a realização desse evento. Conclama igualmente os portadores de mandatos eletivos comprometidos com as causas populares em todos os continentes a se encontrarem em Porto Alegre, em janeiro próximo. O potencial da intervenção popular em todo o mundo visa hoje uma democracia participativa que renove a representativa.

Local de exposição de teses, de debates abertos, de apresentação de experiências, de coordenação de futuros combates, o Fórum Social Mundial representará um marco rumo ao nascimento da cidadania planetária, enraizando-se nas lutas sociais locais, nacionais e internacionais. Um outro mundo é possível. Vamos construí-lo juntos.

Assinam: **ABONG** - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais; **ATTAC-BR** - Ação pela Tributação das Transações financeiras em Apoio aos Cidadãos; **CBJP** - Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB; **CIVES** - Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania; **CUT** - Central Única dos Trabalhadores; **IBASE** - Instituto Brasileiro de Análises Sócio Econômicas; **JUSTIÇA GLOBAL**; **MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

QUESTÕES DE ORGANIZAÇÃO

- O Fórum Social Mundial (FSM) se reunirá pela primeira vez em 2001, entre 25 e 30 de janeiro de 2001, na mesma data em que ocorre o Fórum Econômico Mundial de Davos, na cidade de Porto Alegre, RS/Brasil.
- As sessões terão lugar no Centro de Eventos da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC).
- O FSM compreenderá três tipos de atividade: i) uma série de sessões plenárias diárias com palestras e exposições de personalidades convidadas; ii) o maior número possível de encontros para apresentação de iniciativas em curso e troca de experiências; iii) reuniões de entrosamento e articulação entre organizações sociais que desenvolvem o mesmo tipo de luta. As plenárias serão programadas pelos organizadores do FSM, segundo temário que será definido; os encontros e reuniões serão programadas a partir dos interesses e solicitações dos participantes do FSM.
- O espaço do Centro de Eventos propicia igualmente a apresentação de materiais sobre as atividades desenvolvidas pelos participan-

- tes do FSM, em uma espécie de Exposição.
- O Comitê Brasil Organizador do FSM está constituído pelas organizações e movimentos sociais que assinam esta proposta, aos quais se associarão outras entidades apoiadoras do evento.
- O Governo do Rio Grande do Sul e a Prefeitura de Porto Alegre apoiam oficialmente o FSM.
- O Comitê Internacional do FSM deverá estar formado até 24 de junho próximo, quando realizará a sua primeira reunião em Genebra, Suíça, na ocasião da realização do Social Summit das Nações Unidas (Copenhague+5), evento em torno do qual estarão reunidos organizações e ativistas de todo o mundo.
- Participarão representantes das ONGs, sindicatos, movimentos sociais, grupos de cidadãos, palestrantes e portadores de mandatos eletivos. Haverá cotas para cada segmento e região do mundo, para assegurar a presença de todas as regiões e das diferentes áreas de engajamento social. Os participantes deverão ser inscritos pelas organizações que representarem. Tanto o número de cotas por segmento e região como o valor das inscrições serão discutidos e definidos posteriormente.
- Haverá o compromisso das entidades integrantes dos Comitês Brasil de Organização e

- do Comitê Internacional do FSM de garantir a presença indispensável de representantes das organizações do Terceiro Mundo, em especial da África, da Ásia e da América Latina.
- Os eventos simultâneos - circuitos de palestras e debates, envolvendo diretamente os cidadãos - e manifestações em torno dos objetivos do FSM, que deverão ocorrer em todo o mundo, inclusive em Porto Alegre e outras cidades brasileiras, serão coordenados e organizados diretamente pelas entidades e movimentos que os convocarem. Os eventos que ocorrerem no Brasil poderão contar, em comum acordo com os organizadores do FSM, com a presença das personalidades de prestígio internacional para ele convidadas, sempre que as mesmas tenham a necessária disponibilidade.
- O Fórum Social Mundial não é uma instância de deliberação sobre as teses e propostas nele apresentadas. Os participantes, contudo, terão plena liberdade de tomar decisões e divulgar propostas e tomadas de posição que resultarem das suas reuniões específicas de articulação.
- O encerramento do Fórum se dará com um grande ato de confraternização e de divulgação das diretrizes relativas à realização do evento no ano seguinte.

Um dos setores que mais desenvolveu na expansão capitalista da segunda metade do século XX foi a indústria farmacêutica. Até o final do século passado a produção de medicamentos era artesanal. O início do século assiste à implantação de instituições científicas voltadas para a pesquisa e a produção de medicamentos, vacinas (combate às epidemias) e soros. Nas décadas de 40 e 50 é que surge a indústria farmacêutica global. Este período também se distingue pelas mudanças de estratégia de *marketing*, procurando atuar sobre a prescrição médica com o objetivo de influenciá-la, através da distribuição massiva de informações e trabalhos “científicos” e amostra grátis para médicos e estudantes de medicina.

No Brasil, depois de uma primeira fase em que a necessidade de combater as endemias levou à criação de instituições de pesquisa e à produção de medicamentos, vacinas e soros, assistimos a entrada, na década de 50, das empresas estrangeiras fabricantes de medicamentos. Apesar do setor de medicamentos do Brasil ser formado por diversas entidades, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, atuando na produção, controle, fiscalização e pesquisa, o predomínio é das indústrias estrangeiras. Na área de produção, cerca de 80% do mercado é dominado por estas empresas. Essa oligopolização não se dá só em termos econômicos, mas também na elevada concentração de classes terapêuticas por uma mesma empresa. Por exemplo, a Roche na classe das vitaminas, a Schering nos anticoncepcionais, etc.

A indústria farmacêutica no País apresenta outras características que dificultam a execução de uma política de saúde pública: alta dependência na importação de matérias primas; predominância de concorrência pela diversificação de produtos registrados e vendidos no país e não pelo preço; gastos excessivos em propaganda, acarretando aumento do preço do produto, podendo chegar até em 40%.

REMÉDIOS COMO MERCADORIAS

No capitalismo, o resultado da produção industrial é mercadoria. E é com essa concepção que a direção dessas indústrias e governantes tratam a questão dos medicamentos. É por isso que nosso país nunca teve uma política de produção, fiscalização e distribuição de

GENÉRICOS NÃO SÃO A SOLUÇÃO



medicamentos, que nunca foram considerados um insumo essencial à saúde.

Medicamentos não podem ser considerados mercadorias: o cidadão não tem a alternativa da negativa diante da necessidade do remédio quando está doente. Sobre outra ótica, que não a vigente, remédio deve ser considerado instrumento coletivo – nos casos de epidemias – da defesa da vida. Portanto a política de medicamentos deve ser considerada intrinsecamente como parte de uma política de saúde pública e, porque não, de defesa da Nação.

Existe uma correspondência entre os produtos mais vendidos no Brasil com os mais vendidos no mercado mundial, sem nenhuma correspondência com as reais necessidades – são países de morbidades diferentes – da população. E mais raros são os produtos de maior venda no Brasil que podem ser considerados como medicamentos essenciais.



no trabalho. O aumento de horas extras de 1993 para cá, foi enorme.

A intensa pressão, opressão e instabilidade no trabalho predispõe o trabalhador a acidentes e a doenças, físicas e psicológicas, antes não existentes. Em razão do modelo econômico/ produtivo imposto, patologias antigas persistem e novas surgem como a Karoschi (Burn Out - incêndio interno - em inglês), que em japonês significa morte no e pelo trabalho. Já são milhares de casos no Japão e fenômenos parecidos têm sido notado no mundo todo, principalmen-

O mercado brasileiro – cerca de 65 milhões de pessoas não conseguem comprar remédios – movimenta mais de US\$ 4 bilhões por ano, o nono do mundo e o que oferece uma das maiores margens de lucro. Estima-se que 23% da população consome 60% da produção. Esse consumo é livre, sem controle dos preços (são vendidos aqui num preço até 20 vezes superior aos vigentes no mercado mundial), da qualidade e da necessidade do produto vendido.

POLÍTICA DE MEDICAMENTOS

Em defesa da população e da saúde pública precisa-se com urgência uma política de medicamentos que leve em consideração algumas premissas: (I) É indispensável definir que contingente populacional e social – o ideal é a universalização – queremos atingir ao instituir uma política de medicamentos. Levantar em consideração o envelhecimento da população, cujo custo social é maior por aumento do consumo de medica-

te nas empresas que incorporam novas tecnologias de gestão de produção.

Tem aumentado o número de doenças do trabalho. Oficialmente, ocorreu no Brasil uma redução do número de acidentes de trabalho, porém o de mortes aumentou. Parece paradoxal, mas tem uma explicação: enquanto é possível acobertar o acidente, o corpo é difícil esconder, embora alguns tentem. O número oficial de acidentes é registrado só para os trabalhadores em trabalho formal, ficando fora todos os acidentes dos que vivem da economia informal e grande parte dos que ocorrem no trabalho rural (cerca de 300 mil vítimas/ano), um dos mais perigosos. Na campo, estima-se que ocorre a comunicação em apenas 3% das mortes.

Segundo Jukka Takala, chefe do Programa de Saúde e Segurança da Organização Internacional do Trabalho (OIT), morrem mais de 1,1 milhão de trabalhadores por ano no mundo. Esse número é assustador, pois significa mais de três mil mortes por dia.

A relação trabalho/saúde não deve ser reduzida aos tradicionais riscos como faz o governo, a maioria das instituições e o empresariado, cuja

A DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA EXIGE UMA POLÍTICA DE MEDICAMENTOS QUE GARANTA O ACESSO DE TODA A POPULAÇÃO.

DR. ROSINHA

mentos de uso contínuo. (II) É relevante garantir o acesso da população aos medicamentos essenciais e não meramente disponibilizá-lo no comércio varejista. (III) Ser independente dos interesses econômicos-financeiros das indústrias e ter como finalidade o direito à saúde. (IV) Desenvolver uma política nacional de pesquisa, fabricação e comercialização, bem como estimular a produção estatal, objetivando a redução de custos dos medicamentos e das importações. A experiência econômica e financeira da Organização Mundial da Saúde mostra que é possível proporcionar medicamentos essenciais a um custo inferior a dois dólares ao ano por pessoa.

A adoção dos genéricos, já regulamentada desde 1993, deve-se constituir no primeiro passo para a implementação de uma política de medicamentos. São fundamentais uma legislação e regulamentação claras para o setor, sem margens de dupla interpretação; controle de custos e preços; seleção de medicamentos essenciais compatíveis com a necessidade de saúde da população; e, garantia da qualidade. No que se refere à política industrial é mais que urgente a implementação de medidas de recuperação da produção estatal e de estímulo à indústria nacional, com ênfase na produção de medicamentos essenciais.

Por fim, é extremamente importante ter uma política de educação dos profissionais de saúde, principalmente médicos, que na sua grande maioria tem suas receitas orientadas pelos fabricantes de medicamentos e bioquímicos, visando o fim da hegemonia dessas indústrias quanto a prescrição e dispensação de remédios.

DR. ROSINHA É MÉDICO PEDIATRA, MÉDICO SANITARISTA E DEPUTADO FEDERAL PELO PT/PR.

MORTE NO E PELO TRABALHO

Giovanni Berlinguer, no seu livro *A saúde nas fábricas* diz fazer sempre a seguinte pergunta aos seus alunos: qual é a primeira providência que vocês adotariam para avaliar as condições de higiene e segurança do trabalho? Segundo ele, alguns respondem que fariam uma inspeção minuciosa no ambiente, outros que consultariam aparelhos e um terceiro grupo responde que faria consulta a técnicos. Ninguém responde que ouviria os trabalhadores, que são os que podem falar de sua vida, seu trabalho e sua dor.

Em nome da globalização e da redução do chamado custo Brasil, o olhar que nunca esteve sobre o trabalhador e o ambiente de trabalho, é desfocado ainda mais e recai única e exclusivamente sobre a produção e o mercado. Em nome deles, intensifica-se a redução de direitos, inclusive o de trabalhar – intensa redução de mão-de-obra com sobrecarga para os que permanecem

consideração maior é a perda econômica do empregador e do estado. A razão do olhar, mais do que nunca, deve ser sobre o trabalhador, pois o trabalho deve ser atividade criadora e não destruidora. A doença e o acidente representam para o trabalhador a cassação do seu direito de viver dignamente ou mesmo do direito a vida.

Mais do que nunca se faz presente as lições do professor Berlinguer: olhar para o trabalhador. As empresas e empresários que adotam o chamado modelo de Controle de Qualidade Total não conseguem ver as doenças e acidentes causados por esse modelo.

Carregando sua dor, não só física, mas também na alma, muitos são despedidos, restando a solidariedade de poucos amigos e familiares. Poucas são às vezes que têm o apoio dos sindicatos, pois esses estão preocupados somente, na grande maioria das vezes, com a questão salarial (e alguns só com as verbas do FAT). Os dirigentes sindicais devem aprender com Berlinguer e voltarem seu olhar para os trabalhadores que estão sendo assassinados, física e espiritualmente, dentro das empresas.

Dr. Rosinha

NO CORAÇÃO DO
IMPASSE VIVIDO PELOS
SEM-TERRA A NOSSA
DRAMÁTICA E NUNCA
CUMPRIDA
CONFIGURAÇÃO DE
POVO-NAÇÃO.

JUAREZ GUIMARÃES

OS SEM-TERRA E O ENIGMA REPUBLICANO

1995-1996, produziram o documento "A demanda da terra para a Reforma Agrária no Brasil", concluindo que há no país 4.515.818 famílias de trabalhadores rurais potencialmente beneficiadas por um plano nacional de reforma agrária. Sem-terra seriam considerados os pequenos proprietários que possuem áreas inferiores a dez hectares, as famílias que vivem como arrendatárias, parceiros e posseiros, além dos assalariados rurais. Ao todo, dezoito milhões de pessoas seriam diretamente beneficiadas.

Um programa de reforma agrária, além de incidir diretamente sobre bolsões de pobreza, aumentaria qualitativamente a oferta de alimentos, reduzindo drasticamente o desemprego. O seu impacto sobre o mercado interno, sobre a economia do interior seria poderoso já que cerca de 3.300 municípios brasileiros têm menos de 25 mil habitantes e mantêm uma relação simbiótica com a economia agrícola.

No entanto, a ótica prevalecente nos anos noventa foi a de privilegiar absolutamente a lógica de integração aos mercados internacionais em detrimento de uma lógica sistêmica nacional. Tudo que é nacional passou a ser, de fato, um anti-valor. E para as cabeças coroadas de política econômica, formadas e perfeitamente assimiladas pelas dinâmicas financeiras internacionais, que valor pode ter uma política de reforma agrária? Para esta

lógica, os sem-terra só aparecem como pesadelo, estorvo ou intrusos.

Uma terceira oportunidade de acolhimento seria oferecida aos sem-terra pela ordem se esta se orientasse minimamente pelo critério de cidadania social, pela linguagem esclarecedora do espírito público e não pela retórica opaca dos interesses privatistas. Mas, aqui, é onde a cultura política dominante se revela mais hostil aos sem-terra. Pois, o liberalismo economicista que nos assola concebe a sociedade através de uma ótica de contratos vinculantes estruturados pelo mercado. Por ela, o público se degrada e o privado se exalta.

Não há mais razão para se falar em Estado do Bem-Estar Social ou mesmo em políticas sociais distributivas e universalistas. Estas retrocedem para uma visão focal, emergencial e assistencialista. A única política social que sobrevive na retórica oficial é a da educação, chamada a cumprir o papel de igualação das oportunidades diante do mercado. Mas mesmo ela submerge sob as prioridades da política econômica.

É assim que, durante o primeiro mandato, a meta máxima proposta pelo governo Fernando Henrique para a reforma agrária era de assentar 280 mil famílias, isto é, apenas 6% da massa dos demandantes de terra no Brasil, segundo o IPEA. Mas nem como política compensatória o programa oficial valeu já que,

segundo os próprios dados do governo, no período cerca de 400 mil pequenas propriedades foram à falência e mais de dois milhões de trabalhadores rurais perderam o emprego.

IMPASSE ÉTICO E POLÍTICO

Chegamos assim a uma primeira conclusão. Há entre os sem-terra e o governo um impasse de fundamentos ético-políticos. Os sem-terra estão triplamente deslegitimados seja como cidadãos políticos ativos, como agentes econômicos potenciais e como seres depositários de direitos. Daí vem a radicalidade, diferente do mero radicalismo, do movimento dos sem-terra: eles só podem existir pondo em questão os valores que fundamentam a ordem atual. Mas como interpretar este desafio posto à consciência pública nacional pelo mais sagrado dos direitos, o direito de ter direitos?

Assim como Euclides da Cunha só pôde elaborar a brasilidade do sertanejo abrindo brechas em um elitismo de séculos, assim como Gilberto Freyre, mesmo em uma chave conservadora, só pôde colocar o negro no centro da formação da identidade nacional ao escavar fundo os preconceitos raciais da origem, a noção de República no Brasil só pode avançar se ousar extrair pela raiz a sólida cultura de privilégios ancestralmente encaixada em nossa formação colonial e nuclearmente disposta na construção do nosso Estado nacional.

O modo como o direito de propriedade se afirmou entre nós é talvez o exemplo mais nítido de uma cultura política que se auto-legitima focalizando direitos e universalizando deveres.

ÁRVORES SECULARES

Foi com base na afirmação do direito de propriedade que os donos de escravos obstaculizaram o fim da infame instituição, fazendo com que o Brasil se tornasse um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão. Os republicanos paulistas do fim do século passado reclamaram até o final o direito à indenização em dinheiro por suas "posses" perdidas com a Abolição. Foi também com base na sacralização do direito de propriedade que chegamos ao século XXI como um dos países de maior concentração fundiária do mundo. Segundo dados do Incra para 1996, a área improdutiva dentro dos latifúndios com mais de mil hectares é equivalente à soma dos territórios da França, Alemanha, Espanha, Suíça e Áustria.

Ora, a sacralização do direito de propriedade da terra, para além de qualquer função social, não resiste à menor historicização de sua gênese. Ainda estão vivas e documentadas a origem espúria de boa parte dos latifúndios das áreas mais recentes de expansão da fronteira agrícola, griladas, tomadas de reservas indígenas ou de pequenos posseiros à ferro e bala ou simplesmente obtidas por doações generosas de governantes no período da ditadura militar. O Pontal do Parapanema, em São Paulo, uma das áreas de maior tensão com o MST, é composto, como se sabe, em grande medida pela

Aslinhas de força que respondem pelo impasse das negociações entre o governo federal e os sem-terra foram, é verdade, acentuadas na atual conjuntura. Ao corte das verbas inicialmente destinadas para a reforma agrária neste ano, inserido no objetivo de gerar um mega superávit primário das contas públicas, os sem-terra reagiram com a pressão direta pela ocupação de sedes de órgãos econômicos federais. Mas o impasse tem razões bem mais profundas.

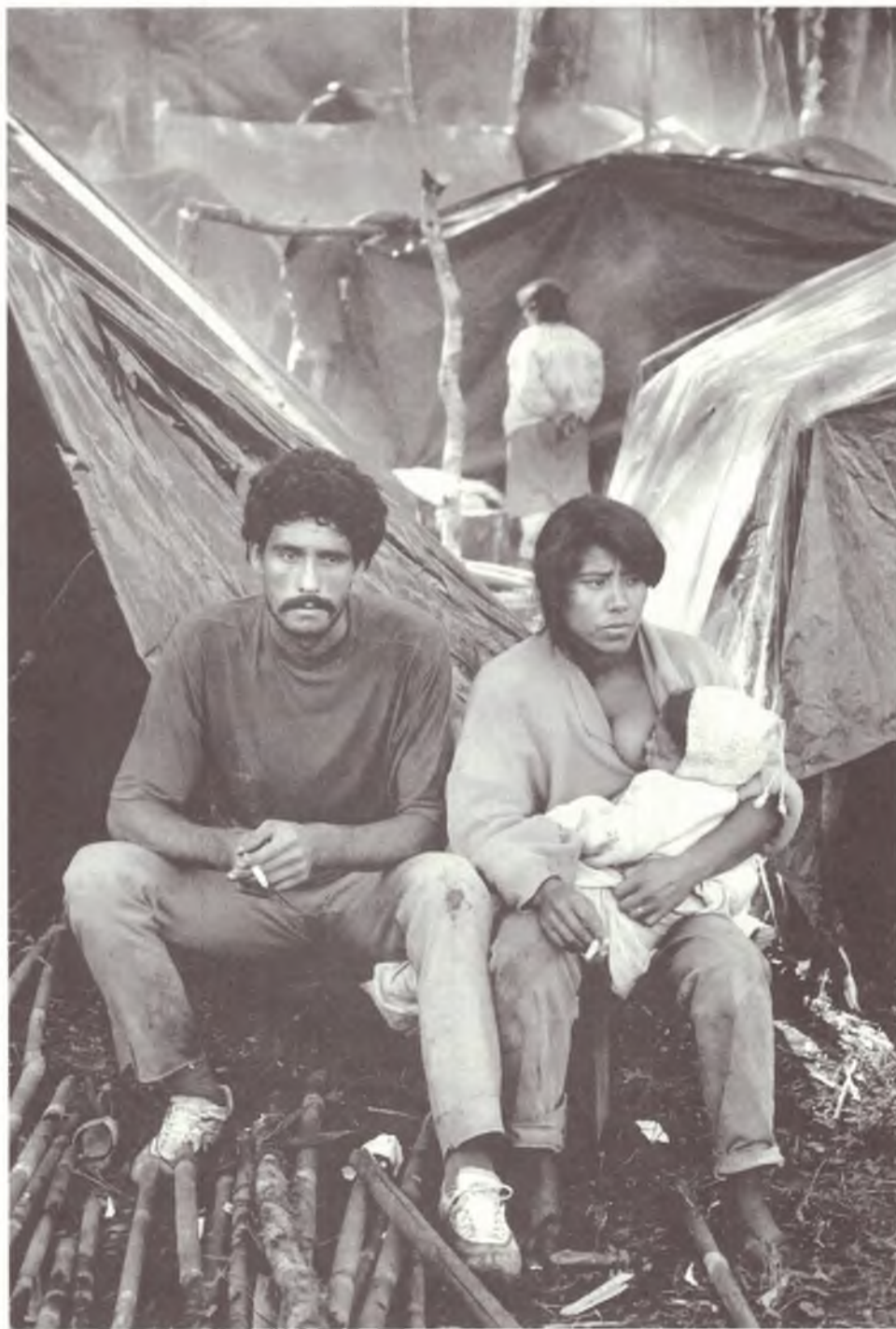
A tese que desenvolvemos neste artigo é que a cultura política brasileira dominante nos anos noventa, ao corroer os já mínimos fundamentos de uma lógica republicana, expôs à céu aberto os conflitos mais dilacerantes que visitam, como um mal de origem, a formação do país. Mais do que sem-terra, estes milhares de brasileiros que vemos vagando, envolvidos em combates de vida e morte, Riobaldos e Hermógenes, em um sertão sem fim, são os deserdados da República brasileira.

DESERDADOS DA REPÚBLICA

Os sem-terra teriam uma oportunidade de abrigo na ordem se houvesse uma mínima conexão entre as vontades do governo e as fontes da soberania popular. Em geral, as pesquisas de opinião revelam que mais de 70% dos brasileiros são nitidamente favoráveis à reforma agrária. A idéia dominante de democracia no país, no entanto, é típica do chamado elitismo democrático. As eleições são vistas instrumentalmente como mero jogo em que elites disputam a condição de ser governo. A este, em nome da governabilidade, prescreve-se o remédio do insulamento burocrático, da centralização das decisões, do afunilamento das agendas institucionais. Esta democracia, despida de qualquer fundamento ético universalista, é entendida como mercado político onde os atores transacionam permanentemente seus interesses.

Mas, se é assim, que chance teriam de ver atendidas suas reivindicações os sem-terra que, por definição, estão fora do mercado e longe do poder? O certo é que nem o governo, nem o Congresso com sua dinâmica basicamente definida por este, nem o Judiciário que é extremamente rápido para dar cobertura legal à desocupação de terras ocupadas mas insuportavelmente lento para punir os assassinos cometidos contra os pobres do campo, acolhem os sem-terra.

Estes teriam um segunda oportunidade de terem as suas demandas, pelo menos parcialmente, reconhecidas se a cultura política que orienta o governo se pautasse pela meta da construção nacional. Dois técnicos do IPEA, José Gasques e Júnia da Conceição, estudando os dados do Censo Agropecuário do IBGE de



ESTRELA GALGADO

privatização espúria de terras públicas nos anos da ditadura.

Mas isto não é válido apenas para as áreas de ocupação recente. O belo livro de Márcia Maria Menendes Motta, *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*, retira os véus do processo de juridificação da propriedade da terra nas décadas de fundação do Estado nacional.

A partir de um estudo de caso sobre os conflitos de terra dos agregados do Barão de Piabanha no município de Paraíba do sul (RJ) em 1858, ela investiga a gênese, os debates e os desdobramentos da Lei de Terras de 1850 que é o marco de origem no processo de juridificação da propriedade agrária.

Sabe-se que a Coroa Portuguesa aplicou para a colonização brasileira o mesmo sistema de sesmarias que havia posto em prática no século XIV em Portugal para debelar uma grave crise de gêneros alimentícios. A doação de terras tinha como contra-partida o seu cultivo. O sistema de sesmarias só chegaria ao fim no Brasil com D. Pedro I em 1822. Aqui, no entanto, o sistema criou uma situação de aberta ambigüidade já que aos sesmeiros, juntaram-se as figuras dos grande arrendatários e dos posseiros. Entre o direito formal da propriedade (pelo título de concessão da sesmaria) e a sua posse efetiva (garantida pela ocupação) abriu-se uma cisão extremada pela sempre incerta demarcação dos limites das propriedades. Durante o período pombalino, a Lei da Boa Razão de 1769 criou uma nova tradição jurídica ao reconhecer juridicamente os direitos à propriedade legal dos que ocupavam a terra por um período longo de tempo.

LEI DE TERRAS

Neste contexto, é irônico aos olhos de hoje que a grande dificuldade das elites proprietárias brasileiras para aprovar a Lei de Terras de 1850 foi exatamente a de decidir sobre como fundamentar o direito à propriedade: se com base no título formal ou com base na posse efetiva. A Lei de Terras, enfim regulamentada em 1854, era ambígua e não conseguiu se implantar efetivamente nas décadas seguintes porque os grandes proprietários simplesmente se recusaram, em sua grande maioria, a registrar legalmente suas propriedades junto à União. Tinham razões fortes para isso: o não registro impossibilitava qualquer cobrança de imposto sobre a terra, permitia a expansão dos limites das propriedades pelo uso da força e controle da justiça local, além de garantir o assalto permanente às terras devolutas e públicas negativamente definidas como sendo a parte do todo que não era privadamente apropriada.

Ao separar a abolição dos escravos da questão agrária, o direito à liberdade do direito à terra, a República brasileira nasceu legitimando e compondo-se com o poder político dos grandes proprietários rurais. Na maior parte do século XX, continuou valendo a descrição de João Caldas Viana, publicada em um jornal de Niterói em 1844: "Senhores, a segurança da propriedade tem encontrado mais apoio e garantias, quer nas leis, quer na Magistratura desta Província, notadamente melhorada e morigerada depois da publicação do Código Civil Criminal. Um germen, fecundíssimo de desordens e de crimes, tem sido a confusão dos limites das propriedades rurais, tanto as adquiridas por sesmarias primitivamente, como as havidas por títulos de posse com cultivados efetivos. As divisas principalmente destas últimas são firmadas e respeitadas pela arma



de fogo desfechada de emboscada de traz dos grossos troncos de nossas árvores seculares."

RAÍZES NA TRADIÇÃO

A história do direito da propriedade agrária no Brasil confirma, assim, a instrumentalidade da razão que o absolutiza. Pois o argumento que legitima a ação dos sem-terra – o artigo 184 da atual Constituição que prevê a competência da União para "desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo a sua função social" – baseia-se no fundo no mesmo argumento que parte ponderável da elite proprietária fez uso há 150 anos atrás para firmar as suas pretensões: a terra é de quem a ocupa e usa para o cultivo.

Mas não devemos reclamar coerência argumentativa de uma racionalidade que se atualiza apagando seus rastros. Da mesma forma, não tem nenhuma razão o atual presidente ao chamar para si o paradigma do chamado "Patriarca da Nação", José Bonifácio. Pois este e o regente Feijó chegaram a acalentar planos de reforma agrária que deixariam corados e escandalizados os atuais protagonistas da ordem. Este último chegou a defender um projeto que consagrava a todos os "cidadãos emancipados" terras da extensão de 100 braças quadradas. Se ele fosse casado, receberia mais 100 braças. A obrigatoriedade de cultivar a terra correspondia a ameaça de perdê-la. Se após dez anos, o terreno continuasse sem ser aproveitado, qualquer um podia pedi-la. O que Feijó propunha era uma Nação de pequenas unidades familiares, territorialmente organizadas com base numa relação diretamente proporcional ao aumento de seus componentes (incluindo os escravos).

O projeto esboçado por José Bonifácio era ainda mais radical porque previa a doação de terras também para os europeus pobres, índios, mulatos e negros forros. A proposta de Bonifácio era de que as terras doadas por sesmarias, mas não cultivadas, deveriam retornar "a massa dos bens nacionais, deixando-se somente aos donos de terras, meia légua quadrada, quando muito, com a condição de logo começarem a cultivá-la."

Assim como o direito do latifundiário tem suas raízes turvas, os sem-terra continuam uma antiga tradição de luta dos pobres do campo. Mas, certamente, são as Ligas Camponesas que mostram uma

relação de afinidade mais impressionante com os sem-terra. Aspásia Camargo reconstitui, em *Movimento camponês e crise do populismo*, a experiência das Ligas Camponesas.

Os sem-terra, assim como as Ligas, diferenciam-se dos sindicatos rurais pela composição diversa entre a dimensão corporativa e a política. Os primeiros recobrem os interesses da base em uma cultura de direitos e de reforma agrária. Assim, são movimentos sociais que abordam diretamente a dimensão da política. Suas bases sociais são menos os assalariados rurais ou moradores assalariados e mais os pequenos proprietários, meeiros, camponeses expulsos ou falidos, que têm mais viva a reivindicação da terra.

Por sua vez, a abordagem da política permite, tanto aos sem-terra como antes às Ligas, fugirem de uma teia organizativa simplesmente local. O movimento rapidamente se regionaliza e se nacionaliza até como forma de se proteger da violência dos latifundiários locais. Os sem-terra como as Ligas priorizam e priorizavam as ocupações próximas às redes de comunicação com os centros urbanos, fugindo à mão criminosa do latifúndio.

Tanto as Ligas como os sem-terra combinam ocupação de terras improdutivas com os assentamentos, a produção, a organização de cooperativas, assistência médica e redes educativas. Ambos os movimentos trabalham nas margens da institucionalidade, nas fronteiras sempre incertas da legitimidade e legitimidade, avançando sob a lei ou a ela criando fatos consumados. Ambos os movimentos abrem-se à participação de advogados, estudantes, religiosos, militantes urbanos, fazendo apelo à opinião pública. Já na experiência das Ligas, estava presente a prática das marchas, momento de publicização efusiva da reforma agrária.

Em relação às Ligas, os sem-terra têm de diferença uma estrutura organizativa mais sólida e uma direção mais colegiada, evitando em um medida importante as disputas entre lideranças carismáticas que tanto prejudicaram as lutas agrárias no pré-64. A origem dos sem-terra vincula-se mais às Igrejas católica e luterana do que a gênese das Ligas, mantendo uma relação muito menos conflituosa com o PT do que o eram as relações entre as Ligas e o maior partido de esquerda da época, o PCB.

Mas, a diferença mais importante está na relação com a cultura política da época: enquanto as Ligas Camponesas, nascidas em Pernambuco, estavam sintoni-

zadas com as linhas de tensão do projeto nacional-desenvolvimentista, os sem-terra expandem-se no período subsequente ao fim do regime militar que evoluiu para uma cultura política abertamente hostil aos seus fundamentos.

SUPER E SUBCIDADÃOS

Esta breve digressão comparativa explica as razões pelas quais Celso Furtado tenha se referido aos sem-terra como o movimento social brasileiro mais importante do século. É porque ele viu, lá de longe, do exílio de seu projeto de Nação interrompido, nos sonhos dos sem-terra a visita da "fantasia desfeita", do inconsciente adormecido, o nosso claro enigma, a construção da República brasileira.

É de Marcelo Neves a inteligente observação de que o problema do Brasil não é propriamente o da exclusão social. Todos são incluídos. Só que uns, como super-cidadãos, são portadores de direitos até para mais além dos garantidos na própria legislação que lhes é favorável e são, por sua vez, imunes aos deveres mais elementares; outros, a maioria da Nação, são subcidadãos, oprimidos por uma plethora de deveres, da polícia ao imposto indireto mas só têm acesso a uma parca cesta de direitos.

Pois bem. Os latifundiários brasileiros não são uma espécie de nata, primitiva mas modernamente arrogante, desta minoria de super-cidadãos? E os sem-terra não compõem esta massa de sub-cidadãos, só que não resignados? E não somos todos nós, cidadãos comuns, assolados até o ponto máximo de nossa indignação, pela reiteração permanente dos direitos destes super-cidadãos, que em sua vigência levam de atropelo as bases mínimas da cidadania?

José Saramago, em uma bela e insólita superposição de imagens, nos convidou a uma espécie de viagem ao coração dos sem-terra. Nós, urbanos, que no dia a dia, às vezes gastamos horas para chegar à nossa casa, deveríamos nos lembrar daqueles brasileiros que há séculos perambulam pelo Brasil sem nunca chegar à sua terra. A viagem ao coração do impasse vivido pelos sem-terra é, na verdade, uma viagem ao nosso próprio impasse, à nossa dramática e nunca cumprida configuração de ser em plenitude povo-Nação.

JUAREZ GUIMARÃES É PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UFMG.

A GREVE DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS LANÇOU UM GRANDE DESAFIO PARA A DIRETORIA DA UNE: UNIFICAR A LUTA DOS ESTUDANTES. ELA FRACASSOU NESTA TAREFA.

ANTÔNIA MARTINS (LUNA) E CRISTIANO MONTENEGRO

O 49º Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg) da UNE, realizado em Juiz de Fora de 30 de junho a 2 de julho ocorreu em um momento delicado para os estudantes: greve dos servidores das universidades públicas federais e estaduais e de seus estudantes, agudização da crise das instituições públicas de ensino superior e vacilos da direção da UNE na condução da luta estudantil. Nesta reunião, cristalizou-se entre os estudantes a avaliação que os desdobramentos das decisões deste fórum dependerá fundamentalmente daqueles que veem a construção do movimento estudantil de forma antagônica aquela imprimida pelo setor majoritário da UNE.

GREVE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Há cinco anos sem reajuste salarial e com condições de trabalho cada vez mais precárias, os servidores públicos federais desencadearam amplo um movimento nacional de greve. Ele tinha como eixo reajuste salarial, melhores condições de trabalho e a recuperação dos serviços públicos. Se esse movimento não conseguiu avançar no que concerne ao eixo econômico, obteve uma importante conquista política ao unificar o conjunto dos servidores. Isso culminou na adesão de cerca de 60% da categoria ao movimento grevista, sensibilizando a opinião pública para o problema do estado em que se encontra o serviço público, colaborando para o desgaste do governo e cumprido desta forma um papel fundamental no enfrentamento a FHC. No contexto do setor educacional, observou-se o pipocar de vários movimentos: a greve das universidades federais, a greve das universidades estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Bahia e movimentos localizados em âmbito estadual e municipal.

O governo FHC está asfixiando as universidades públicas brasileiras. Desde o seu primeiro mandato, o governo federal através do MEC tem orientado sua política no sentido de uma profunda e abrangente modificação do ensino superior público brasileiro. Sua reforma universitária teve como marco inicial a aprovação da LDB em 1996, desdobrando-se no Provão, na lei 9192 que redefiniu os processos eletivos nas universidades em padrões explicitamente antidemocráticos, nos cursos seqüenciais, nas novas diretrizes curriculares e no Projeto de Lei da Autonomia em tramitação no congresso. Este conjunto de medidas expressa o alinhamento com as diretrizes neoliberais para a educação recomendadas pelo Banco Mundial.

Desta forma, o Sistema Federal de Ensino Superior vive uma de suas maio-



INSTALAÇÃO SORATA

A UNE QUE NOS DESUNE

res crises. Vítimas de uma política que tem em sua lógica o desmonte do ensino público e o aumento ainda maior do espaço ocupado pelo ensino privado no cenário da educação superior, as instituições federais de ensino tem presenciado ano após ano sistemáticas reduções em seus recursos orçamentários – que entre os anos de 1995 a 1998 atingiram 22%. Este corte no orçamento tem comprometido a expansão e a qualidade do ensino superior público. Também entre 1995 e 1998, enquanto no ensino pago verificou-se um aumento de vagas na ordem dos 36%, nas universidades federais o aumento foi de apenas 12%. Registre-se ainda que 64% dos estudantes matriculados no terceiro grau encontram-se no setor privado.

OS VACILOS DA UNE

Ao final do primeiro ano da atual gestão de sua diretoria, a UNE continua profundamente marcada pelo burocratismo, imobilismo e afastamento do cotidiano dos estudantes. Frente a isso, não é suficiente aos que se propõe oposição e alternativa de direção do movimento estudantil participem da dinâmica normal das instâncias da entidade. Estarmos compondo sua diretoria não deve significar a restrição de nossa atuação política aos marcos da UNE, ou ficaremos atrelados a seu estado burocrático e engessados pelo imobilismo da direção majoritária – UJS/PC do B. É necessário debater e encaminhar a reestruturação democrática da entidade e uma nova cultura política para o movimento estudantil.

Pelo menos nos últimos cinco anos, a direção majoritária da UNE dada pelos militantes do PC do B vem privilegiando a sua manutenção na entidade através do poder econômico proporcionado pela confecção de carteirinhas e ações sem repercussão na juventude como a Campanha da Paz. A UNE tem se furtado de conduzir as lutas contra o modelo vigente e de fortalecer a mobilização e a intervenção política estudantil. A taxa cobrada pela confecção das carteirinhas da UNE – que permitem aos estudantes terem

acesso à meia entrada em atividades artístico-culturais – tornou-se, na verdade, um imposto estudantil. Sustentada por estes recursos, a UNE é uma entidade que prefere as manchetes de jornais às discussões de estudantes.

Se durante a greve das universidades em 1998 chegou a ser notório o posicionamento da entidade contra o movimento, neste ano não foi diferente. A intervenção da UNE durante todo o processo deflagrado no início do mês de maio não passou de declarações a imprensa e matérias propagandísticas em seu material informativo. A greve findou sem que a UNE tivesse feito quaisquer esforços para nacionalizar o movimento entre os estudantes, apesar dele atingir várias universidades. Em um momento em que estudantes estavam lutando, principalmente em defesa da universidade pública, a UNE negou-se a articulá-los, conferindo maior organicidade no enfrentamento à política educacional do governo FHC. Desta forma, em um momento propício para a radicalização, o movimento estudantil viu-se desprovido de uma direção que fosse capaz de organizar sua intervenção e elaborar uma pauta mínima de reivindicações que servisse de eixo norteador do movimento.

COMANDO NACIONAL DE GREVE

Em uma conjuntura onde o centro da atividade política era a greve dos servidores públicos federais e das universidades federais e estaduais, a UNE, equivocadamente, trabalhava como eixo central de sua intervenção o plano emergencial que, além de visíveis debilidades em sua formulação – notadamente no que se refere a política de financiamento e de extensão para as universidades – não apresenta uma proposta global para o ensino superior brasileiro.

Apesar deste CONEG ter sido um espaço importante para denunciar a inoperância política da direção majoritária da UNE, a ausência da entidade na luta cotidiana dos estudantes e a proposta de reformulação burocrática do comando nacional de greve dos estudantes, este

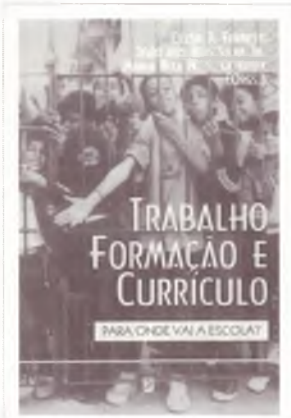
fórum e o conjunto de suas resoluções muito pouco instrumentalizam os estudantes ao necessário embate com o governo FHC no próximo período. O Comando Nacional de Greve dos Estudantes, tão necessário é difusão das lutas, viu-se resumido a uma resolução do Coneg perdida no vazio, inviabilizado pela direção majoritária da UNE e, em especial, pela não convocação do Coneg (Conselho Nacional de Entidades de Base) – o último levou mais de sete anos para ser convocado. O Coneg representou um retrocesso do ponto de vista da organização e mobilização dos estudantes até mesmo nos moldes do que vem sendo os fóruns da UNE.

ROMPENDO AMARRAS

O bloco de oposição “Rompendo Amarras” cumpre um papel fundamental no próximo período. Se durante a greve de 98 conseguimos nos colocar como alternativa concreta de construção do movimento estudantil, formulando respostas nos processos de enfrentamento desencadeados naquele período, mobilizando os estudantes e articulando nacionalmente sua intervenção, a conjuntura política, o desmonte das universidades e o estado inerte da UNE mais uma vez nos interpõe este conjunto de tarefas.

A UJS não pode continuar a por amarras nas iniciativas estudantis já que não as controla. Com este tipo de posicionamento no movimento, este setor apesar de também adotar como bandeira o “Fora FHC e o FMI!” contribui na verdade para que o governo federal possa aplicar sua política sem resistências, ao invés de mobilizar a juventude na luta pelo seu fim. Dependerá dos setores engajados na luta dos estudantes dar consequência ao calendário de mobilização construído no CONEG, principalmente organizando um ampla participação no Fórum de Universidades Públicas nos dias 25, 26 e 27 de agosto no Rio de Janeiro.

ANTÔNIA MARTINS (LUNA) E CRISTIANO MONTENEGRO SÃO DIRETORES DA UNE.



A DISPUTA PELA UNIVERSIDADE

Luís Carlos de Menezes. Universidade sitiada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

Um atualíssimo folheto que analisa a ameaça de liquidação da universidade pública brasileira pelos defensores do neoliberalismo. Inclui uma reflexão sobre o que seria um projeto estratégico alternativo capaz de romper o cerco da universidade.

Para onde vai a escola?

Celso Ferretti, João dos Reis Silva e Maria Rita Oliveira (orgs.). Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 2000.

Obra com textos do seminário realizado em 1998 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-SP, com oito textos sobre as implicações do neoliberalismo para o sistema escolar.

CRÍTICA DA GLOBALIZAÇÃO

Milton Santos. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Nosso mais importante geógrafo analisa os

fenômenos responsáveis pela produção da globalização, a perversidade sistêmica que a caracteriza, como o dinheiro fragmenta cada vez mais o território e como neste processo emergem as condições para sua superação.

As raízes da cultura moderna

Antonio Edmilson Rodrigues e Francisco José Calazans Falcon. Tempos modernos: ensaios de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Oito ensaios, na trilha aberta por Koselleck, sobre o espaço-tempo renascentista, sua cultura humanista e as noções de moderno e de modernidade, focadas no mundo ibérico.

TRAJETÓRIA DE UMA CORRENTE

Valter Pomar (org.). Socialismo ou barbárie. Documentos da Articulação de Esquerda (1993-1999). São Paulo: Viramundo, 2000.

Coletânea dos documentos da tendência do PT, desde sua formação a partir do manifesto "A hora da verdade" até seus textos mais recentes, adotados na Segunda Conferência daquela corrente.

O século do imperialismo

Emir Sader. Século XX: uma biografia

não-autorizada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

Um ensaio instigante de interpretação do século XX como época histórica cuja inteligibilidade é dada pelo conceito de imperialismo. Um livro que deverá cumprir um papel muito importante para a educação política da esquerda brasileira nos próximos anos.

DEBATENDO O SOCIALISMO

Paul Singer e João Machado. Economia socialista. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2000.

Publicação da sessão dedicada à discussão da "Economia socialista", realizado no dia 24 de abril pelo Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo e Secretaria Nacional de Formação do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores como parte do ciclo de seminários "Socialismo e democracia".

Praga

Revista praga n° 9, junho de 2000, São Paulo, Hucitec.

Edição mais recente da revista marxista, que traz um balanço de Perry Anderson dos quarenta anos da *New Left Review*, um artigo de Fábio Comparato sobre o socialismo do século XXI e quatro artigos de economia, entre eles os de José Luis Fiori e de Maria da Conceição Tavares.

HANNA ARENDT

Francisco Xarão. Política e liberdade em Hanna Arendt: ensaio sobre a reconsideração da vida activa. Ijuí (R.S.): Editora Unijuí, 2000.

Publicação de uma dissertação de mestrado que recupera as idéias de Arendt sobre a política como espaço para a realização da liberdade humana, a partir do conceito de vida activa, por ela desenvolvido em *A condição humana*.

A política ausente

Zygmunt Bauman. Em busca da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

O sociólogo polonês radicado na Inglaterra estabelece uma importante contribuição ao debate sobre as relações entre a dinâmica contraditória da modernidade e a política como condição para a efetivação do projeto moderno – tendo como premissa uma crítica radical da globalização.

AFOGADO EM DÍVIDAS

Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar. O Brasil endividado. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2000.

Mais um útil folheto da FPA, historiando o problema da dívida externa brasileira e concentrando-se no período mais recente, mostrando como a dívida externa do país cresceu mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90.

O MISTÉRIO DA CONSCIÊNCIA



O que é a mente e o que é a consciência? Esta questão, que tem preocupado os pensadores há milênios, tem sido objeto de um debate crescente. Os avanços técnicos tem permitido uma melhor compreensão científica do tema. E António Damásio é o pesquisador que vem formulando a teoria mais abrangente

para responde-la.

Depois de ter mostrado em *O erro de Descartes* como a emoção é essencial na produção da razão, o neurologista português avança na fundamentação da natureza física (e não espiritual ou metafísica) da consciência, construída pelo cérebro humano.

Damásio parte da questão de como nosso organismo toma contato com os objetos do mundo e como se percebe de si mesmo neste ato de conhecer, de que maneira atravessamos o limiar que separa o ser do conhecer. E mostra como a capacidade do corpo para sentir estímulos e reagir aos seus próprios processos e ao meio é a chave para o fenômeno da consciência. De maneira clara, ele expõe ao leitor leigo seu amplo e complexo arcabouço teórico, que embora dialogue com as ciências cognitivas, escapa ao reducionismo que em geral aí prevalece.

António Damásio. O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NACIONALISMOS E INTERNACIONALISMOS



O marxismo – diferente de suas caricaturas burocráticas – possui no internacionalismo a pedra angular de sua visão de mundo e de sua estratégia revolucionária. Ele deve, para tanto, ignorar as identidades, as reivindicações, as lutas nacionais? Como distinguir, sob um ponto de vista universalista e democrático, os movimentos nacionais de emancipação daqueles com vocação hegemônica, intolante ou expansionista?

Sem pretender trazer uma resposta definitiva a essas questões, os seis ensaios reunidos nesta coletânea, que têm em comum a esperança no surgimento de um novo internacionalismo, propõem alguns pontos de reflexão. Dessa perspectiva, entretanto, não resultam o otimismo ingênuo ou ilusões de curto prazo. Na conjuntura atual, e no futuro próximo, não é provável que isso possa se

realizar – a não ser por algumas tentativas limitadas.

Mas essa afirmação implica uma aposta – no sentido que Lucien Goldmann dava a esse termo, ao definir o socialismo como uma aposta secular, análoga à aposta de Pascal no campo religioso – na possibilidade de um futuro diferente, em que a solidariedade humana universal se tornará novamente uma poderosa força na luta política.

Michael Löwy. Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias. São Paulo: Xamã, 2000.

A DÍVIDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SALTOU NOS GOVERNOS MALUF E PITTA, DE 4 PARA 16 BILHÕES DE REAIS, ENQUANTO A ARRECADAÇÃO PASSOU DE 5 PARA 6 BILHÕES, DEIXANDO UM PESADO LEGADO PARA O PRÓXIMO GOVERNO.

ITALO CARDOSO E FÁBIO PEREIRA

O elemento mais aparente da crise pela qual passa a cidade de São Paulo é a corrupção, que tomou conta da administração pública municipal de forma avassaladora. Os sucessivos escândalos que vêm sendo descobertos e denunciados atingem o ex-prefeito e atual candidato Paulo Maluf; seu ex-secretário de finanças e atual prefeito, Celso Pitta; a maioria dos vereadores; dezenas de funcionários públicos; e por último mas não menos importante, os principais fornecedores de serviços à prefeitura nestes últimos oito anos, das cooperativas privadas que administram os equipamentos de saúde às empreiteiras do serviço de limpeza urbana.

O outro aspecto central da vida política do principal município brasileiro, embora até agora menos visível, é sua profunda crise financeira, efeito colateral inevitável da corrupção e, também, fruto do impacto financeiro que a política econômica do governo federal teve sobre estados e municípios nos últimos anos.

Em dezembro de 1999 a prefeitura de São Paulo devia mais de 16 bilhões de reais, ou cerca de quatro vezes sua dívida no final de 1992. Se comparada com sua arrecadação, a dívida chegou a cerca de 2,5 vezes a receita corrente, relação que era de 0,9 vezes em 1992. Depois de assinar um acordo de refinanciamento da dívida com o governo federal, o município passou a comprometer 13% de sua receita para pagar as parcelas da dívida, não incluídos nesse montante cerca de 1,5 bilhão de reais em restos a pagar apurados em 1999 (isto é, obrigações contraídas em um ano e transferidas para pagamento no ano seguinte) e que certamente serão deixados como uma bomba de curto prazo para o próximo governo.

ORIGENS DO CRESCIMENTO DA DÍVIDA

Como todos os estados e municípios brasileiros, São Paulo foi duramente atingida pela política econômica aplicada desde o início do Plano Real. As taxas de juros praticadas pelo governo federal, visando a atrair capitais externos para financiar os desequilíbrios externos provocados pela sobrevalorização cambial, atingiram os títulos públicos municipais e são certamente responsáveis por uma parte expressiva do crescimento da dívida verificado durante os últimos oito anos.

Mas, diferente da maioria dos municípios, São Paulo foi talvez a única grande cidade brasileira que teve durante esse período um elevado crescimento da dívida em razão também de vultosos gastos em investimento. Durante o governo de Maluf (1993 a 1996) e beneficiando-se da emissão irregular de títulos públicos para pagamento de dívidas – os chamados precatórios – e do desvio do uso destes recursos, alguns bilhões de reais foram enterrados em grandes obras viárias na cidade.

HERANÇA DRAMÁTICA DO MALUFISMO



EVOLUÇÃO DA DÍVIDA E RECEITA CORRENTE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO - 1988/2000

| | 1988 | 1992 | 1996 | 2000* |
|---------|-------|-------|-------|--------|
| Dívida | 3,740 | 4,174 | 8,923 | 19,657 |
| Receita | 2,835 | 4,858 | 6,123 | 6,516 |

Fonte: Estudo do Instituto Florestor, Fernandes, com base nos dados do Balanço Municipal. Valores em bilhões de reais. *Previsão

Os túneis e viadutos que beneficiam os bairros mais ricos de São Paulo foram, suspeitava-se antes e sabe-se agora, superfaturados. As cooperativas privadas que assumiram a gestão dos equipamentos de saúde, através do PAS, construíram em torno delas um gigantesco sistema de superfaturamento e corrupção. As contratações de funcionários fantasmas com altos salários generalizou-se nas empresas públicas municipais, incluindo até mesmo o filho do ex-senador Roberto Campos, que recebia salário pela Companhia de Processamento de Dados.

Estes desvarios na administração municipal foram facilitados pelo governo federal, que fez vistas grossas às irregularidades cometidas e ainda fez com que o Banespa e o Banco do Brasil assumissem a administração dos títulos públicos do município quando, denunciado o esquema de fraude nos precatórios, a prefeitura não encontrava mais compradores para esses títulos. Além disso, às vésperas da votação da emenda da reeleição, o Ministério da Fazenda autorizou o Banco do Brasil a emprestar mais R\$ 300 milhões à prefeitura, que já se encontrava em situação pré-falimentar.

Ajuda indispensável – ou sociedade no negócio – foi também prestada por aqueles que deveriam fiscalizar a execução do orçamento, a maioria dos vereadores e o Tribunal de Contas do Município, o TCM. Os vereadores governistas se beneficiaram controlando os esquemas de corrupção e clientelismo nas Administrações Regionais da

cidade, montando uma verdadeira rede de recebimento de propinas de comerciantes, camelôs e de qualquer morador que recorresse aos serviços prestados pela prefeitura. A chamada “máfia dos fiscais” era na verdade uma máfia de vereadores, em conluio com o prefeito, os administradores regionais e com os funcionários responsáveis pela fiscalização de obras. O TCM, legalmente responsável pela fiscalização dos gastos da prefeitura, composto por quatro ex-vereadores e um ex-chefe de gabinete de Celso Pitta, aprovou todo o esquema e beneficiou-se com um aumento de 300% em seu orçamento nos últimos anos, custando hoje quase R\$ 100 milhões por ano ao município.

O PRÓXIMO GOVERNO

Os próximos quatro anos de governo serão um período em que se combinarão uma situação financeira crítica com a falência dos serviços públicos municipais e uma demanda gigantesca de investimentos em praticamente todas as áreas. Os estrangulamentos financeiros terão de ser enfrentados, sob pena de o governo se transformar em mero administrador da crise e do pagamento da dívida.

Na hipótese de vitória do PT, com a candidatura de Marta Suplicy, três questões principais deverão ser enfrentadas para viabilizar as propostas de um governo democrático e popular para São Paulo.

A primeira delas é a implantação de uma nova estrutura tributária na cidade, retomando as propostas de progressividade no IPTU e reconstruindo a estrutura de administração e fiscalização tributária praticamente destruídas pelos dois últimos governos. Isto certamente pode produzir um crescimento das receitas próprias do município. O segundo desafio de um governo petista é a denúncia e anulação dos contratos superfaturados, principalmente na área da limpeza urbana, o fim do PAS e a retomada da gestão municipal dos serviços de saúde. O efeito seria uma redução das despesas, possibilitando o aumento de gastos em áreas prioritárias. Em terceiro lugar, é preciso iniciar, ainda durante o processo eleitoral, uma mobilização política que busque criar as condições para forçar uma nova negociação do contrato de refinanciamento da dívida do município com a União, buscando somar-se a outros municípios e aos estados, que vêm sendo obrigados a comprometer os mesmos 13% de sua receita com o pagamento da dívida junto ao governo federal.

Esta última questão é decisiva para que o futuro governo possa realizar minimamente seu programa pois, no caso da cidade de São Paulo, além dos 13% de pagamento da dívida renegociada, há ainda um valor adicional de 1,5 bilhão de reais em dívidas de curto prazo (Restos a Pagar) com os quais o novo governo certamente terá que lidar assim que tomar posse. Por mais que o aumento de receitas, através de uma reforma tributária, e a redução de despesas, por meio do combate à corrupção, possam produzir resultados positivos, será muito difícil administrar São Paulo para os trabalhadores e o povo tendo que pagar dívidas, nos próximos quatro anos, em valor anual equivalente a cerca de 20% da receita da prefeitura.

A adoção do orçamento participativo será o instrumento para a conquista do apoio político e da mobilização social imprescindível para construir a correlação de forças que vai viabilizar essas propostas. E não apenas para enfrentar a crise financeira, mas para assegurar que o conjunto do programa de governo aprovado nas urnas possa se concretizar a partir de janeiro de 2001.

ITALO CARDOSO É VEREADOR PELO PT NA CIDADE DE SÃO PAULO E FÁBIO PEREIRA É ASSESSOR PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

EM TEMPO

